



<b>CONTRATANTE: CÓDIGO UASG Nº:</b>	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ 453902
<b>CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA</b>	Nº 90101/26
<b>TIPO:</b>	MAIOR DESCONTO
<b>OBJETO</b>	Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de reforma na área que abriga a Sede do Ministério Público do Estado do Paraná, no Fórum da comarca de Cascavel
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:</b>	R\$ 135.959,86 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos)
<b>PERÍODO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS (horário de Brasília-DF)</b>	De 5/1/2026 às 8h Até 21/1/2026 às 13h
<b>ABERTURA DAS PROPOSTAS</b>	Dia 21/1/2026 às 13h
<b>FASE DE LANCES</b>	Dia 21/1/2026 às 13h03
<b>IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS</b>	Até dia 16/1/2026 às 18h
<b>EXCLUSIVIDADE ME/EPP:</b>	Não se aplica
<b>AGENTE DE CONTRATAÇÃO:</b>	Carolina Baptista Neiva de Lima Rezende



## **TIPO: Maior Desconto**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por intermédio de seu Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 322, de 10 de junho de 2025, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, Resolução MPPR nº 8.670 em 29 de dezembro de 2022 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, tipo maior desconto, em regime de empreitada por preço unitário, com revisão de quantidades, para contratação de empresa de engenharia para execução de obra de reforma na área que abriga a Sede do Ministério Público do Estado do Paraná, no Fórum da comarca de Cascavel, conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos, em atendimento ao processo administrativo nº 19.19.9193.0029836/2025-14, de 13 de novembro de 2025.

### **1. DO OBJETO**

A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para execução de obra de reforma na área que abriga a Sede do Ministério Público do Estado do Paraná, no Fórum da comarca de Cascavel, conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

### **2. DA MODALIDADE E DO TIPO DE LICITAÇÃO**

Esta licitação, sob a modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, do tipo **Maior Desconto**, conforme disposto no artigo 79, inciso II, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, será realizada em sessão pública *online* através do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/>, conforme condições deste Edital, em data e horário abaixo indicados.

### **3. ACOLHIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS E FASE DE LANCES**

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 13h (horário de Brasília/DF) do dia 21/1/2026, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/>, **UASG 453902, CE nº 90101/26**, após prévio credenciamento.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 21/1/2026 às 13h (horário de Brasília/DF).

INÍCIO DA FASE DE LANCES: dia 21/1/2026 às 13h03 (horário de Brasília/DF).

MODO DE DISPUTA: **aberto e fechado**.



#### 4. INTRODUÇÃO

**4.1.** Se no dia marcado para recebimento e abertura das propostas desta Concorrência, por qualquer motivo, não houver expediente no Ministério Público do Estado do Paraná, estes realizar-se-ão no primeiro dia útil de funcionamento que se seguir, no mesmo horário.

**4.2.** As solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnação deste Edital poderão ser efetuadas por qualquer cidadão ou pelas interessadas em participar do certame, **com antecedência de 3 (três) dias úteis da data estabelecida para a abertura das propostas, dirigidas ao Agente de Contratação**, através do endereço eletrônico [subadm.cpl@mppr.mp.br](mailto:subadm.cpl@mppr.mp.br).

**4.3.** As respostas do Agente de Contratação aos pedidos interpostos estarão disponíveis em até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, no *site* do Ministério Público do Estado do Paraná - [www.mppr.mp.br](http://www.mppr.mp.br) – licitações e no *site* <https://www.gov.br/compras/>.

#### 5. DO CREDENCIAMENTO

**5.1.** Para acesso ao Sistema Eletrônico, a(s) interessada(s) em participar da Concorrência, ou seu(s) representante(s) legal(is), deverá (ão) estar previamente credenciada (s) junto ao *site* <https://www.gov.br/compras/>, o qual disponibilizará chave de acesso e senha, pessoal e intransferível, para certificação.

**5.1.1.** Demais dados acerca da chave de acesso e senha poderão ser obtidos pelas interessadas em participar da Concorrência Eletrônica diretamente no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/>.

**5.2.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica.

**5.3.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

**5.4.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.

**5.5.** A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**5.6.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação ou pelo Sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

**5.7.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

#### 6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**6.1.** A participação na Concorrência Eletrônica Nº 90101/26 dar-se-á pelo acesso através da



senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preço por meio do Sistema Eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos neste Edital.

**6.2.** Poderão participar desta Concorrência quaisquer licitantes que:

- 6.2.1** detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta Concorrência;
- 6.2.2** atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital;
- 6.2.3** comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no item 9.1;
- 6.2.4** estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- 6.2.5** manifestem formalmente o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, inclusive no que se refere aos custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas que são de responsabilidade exclusiva da licitante.

**6.3.** Não poderão participar desta Concorrência:

- 6.3.1.** consórcios de empresas, quaisquer que sejam suas formas de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo;
- 6.3.2.** empresas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- 6.3.3.** empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- 6.3.4.** empresas que tenham sócios ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou membros do Ministério Público do Estado do Paraná<sup>1</sup>;
- 6.3.5.** empresas que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;
- 6.3.6.** as pessoas físicas e jurídicas de que trata o artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**6.4.** Para participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

**6.4.1.** A manifestação da licitante, de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, quando não verdadeira, sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, no artigo 155, inciso VIII, Lei nº 14.133/2021 e artigo 197, inciso I do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**6.5.** Quando do cadastramento da proposta no Sistema de compras eletrônicas, a proponente deverá estar ciente que o CNPJ cadastrado para participação deverá ser o mesmo constante na proposta e nos demais documentos de habilitação e, no caso de adjudicação, o contrato será firmado com este mesmo CNPJ.

**6.5.1.** Caso a licitante vencedora possua matriz e filiais, deverá assinar o contrato com o mesmo CNPJ da matriz ou filial cadastrado Sistema de compras eletrônicas e constante na proposta.

**6.5.2.** Caso a licitante vencedora possua matriz e filiais na data da habilitação, e participe da licitação com o CNPJ da matriz, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da filial, desde que apresente na fase de habilitação as certidões de regularidade fiscal também da filial que cumprirá o objeto.

<sup>1</sup> O art. 150 da Lei nº 20.640/21 dispõe: "Ao funcionário é proibido:

XVII – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, ressalvada a participação em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus cooperados".

O art. 156 da Lei Complementar nº 85/99 dispõe: "É vedado aos membros do Ministério Público:

III – exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista."



## **7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS**

**7.1.** A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no Sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no Edital.

**7.1.1.** A licitante deverá registrar proposta conforme modelo de Folha de Fechamento constante no *link* complementar a este Edital com o **desconto total em percentual (numérico)**, com no máximo duas casas decimais, o qual será aplicado linearmente sobre todos os itens, sem alternativas de valores ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**7.1.2.** A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no Edital para abertura das propostas e, após este prazo, o Sistema Eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

**7.1.3.** Não será permitido à licitante oferecer proposta parcial.

**7.2.** Nos dados preenchidos no Sistema para participação da etapa de lances não poderá conter qualquer tipo de identificação da licitante (nome, CNPJ, timbre da empresa, telefone, e-mail, site da empresa, etc.), sob pena de desclassificação da proposta, podendo a descrição do objeto do lote ser preenchida de forma resumida, quando esta não couber inteira, conforme o Anexo I, ou remissão ao item do Edital que contenha as suas especificações.

**7.2.1.** Qualquer elemento que puder identificar a licitante na fase de lances poderá acarretar, além da desclassificação da proposta, a aplicação das sanções previstas neste Edital, no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e artigo 194 e seguintes do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**7.3.** A licitante deverá enviar sua proposta inicial mediante o preenchimento, no Sistema Eletrônico, dos seguintes campos:

**7.3.1.** percentual de desconto para o lote único;

**7.3.2.** descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do Edital que contenha as suas especificações.

**7.4.** A apresentação de proposta implicará em:

**7.4.1.** pleno conhecimento e aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos; especificações e condições para execução do pactuado, sujeitando-se à fiscalização pelo Ministério Público;

**7.4.2.** inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores;

**7.4.3.** prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame;

**7.5.** Como critério de aceitabilidade do desconto proposto, será adotado como limite mínimo o desconto mínimo estabelecido pela Administração.

**7.6.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujo desconto proposto for superior a 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o artigo 59, parágrafo 4º da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à licitante oportunidade de demonstrar a exequibilidade do valor ofertado antes da desclassificação.

**7.7.** Será exigida garantia adicional da licitante vencedora cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021.



**7.8.** No desconto proposto já deverão estar incluídas as despesas legais incidentes, sendo esse valor de exclusiva e total responsabilidade da licitante.

**7.9.** A proposta deverá conter apenas uma opção de percentual de desconto para o lote único, sob pena de desclassificação.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, DO EXAME DE CONFORMIDADE, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E ETAPA DE LANCES**

**8.1.** Na data e horário estabelecidos neste Edital, terá início a sessão pública da Concorrência Eletrônica Nº 90101/26, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Agente de Contratação a avaliar a aceitabilidade das propostas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, sejam inexequíveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Anexo I.

**8.1.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

**8.2.** Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de julgamento fixado no item 2, observadas as especificações mínimas obrigatórias definidas neste Edital.

**8.2.1.** A desclassificação da proposta, quando houver, será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as licitantes.

**8.3.** Classificadas as propostas, será iniciada a etapa competitiva, devendo as licitantes encaminhar lances exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico.

**8.3.1.** Os lances deverão ser sucessivos; somente serão admitidos lances que expressem valor inferior ao seu último lance ofertado.

**8.3.2.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.3.3.** Caso a licitante não realize lances, permanecerá valendo o valor da proposta eletrônica apresentada, para efeito de classificação final.

**8.3.4.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.4.** A etapa de lances se dará no modo de disputa aberto e fechado. O modo aberto terá duração de 15 (quinze) minutos. Encerrado este prazo, o Sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances, e, transcorrido o período de até (10) dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**8.4.1.** Encerrado o tempo de até 10 (dez) minutos previsto no item 8.4, o Sistema abrirá a oportunidade para que a licitante da oferta de maior desconto e as licitantes das ofertas com valores até 10% (dez por cento) inferiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.4.2.** Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições que trata o item 8.4.1., as licitantes dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**8.4.3.** Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.4.1 e 8.4.2, o Sistema ordenará os lances em ordem decrescente de desconto.

**8.4.4.** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 8.4.1 e 8.4.2, haverá o reinício da etapa fechada para que as demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5





(cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 8.4.3.

**8.4.5.** Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Agente de Contratação poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 8.4.4.

**8.5.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação de desempate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 60 da Lei n.º 14.133/2021 e nos artigos 90 e 91 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

**8.5.1.** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 8.5., caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

**8.6.** Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação deverá encaminhar pelo Sistema Eletrônico contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de maior desconto, visando a obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital, podendo esta negociação ser acompanhada pelas demais licitantes.

**8.7.** A partir da solicitação do Agente de Contratação no Sistema Eletrônico, a licitante melhor classificada deverá encaminhar, **sob pena de desclassificação**, até às 13h do dia útil subsequente da sessão, proposta (Folha de Fechamento) adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 8.6, conforme modelo do link complementar a este Edital, e demais documentos listados no item 9.1.

**8.7.1.** Havendo necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, esses deverão ser apresentados em formato digital, via Sistema, no prazo supra.

**8.7.2.** É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo previsto no item 8.7.

**8.8.** O Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado no Edital.

**8.9.** As licitantes, a qualquer momento, após o término da etapa de lances, poderão registrar seus questionamentos para o Agente de Contratação, através do Sistema, referente a determinado lote disputado, nos campos indicados. Todas as mensagens constarão no histórico do relatório referente à disputa.

**8.9.1.** As respostas aos questionamentos também serão disponibilizadas no Sistema.

**8.10.** No caso de desconexão apenas do Agente de Contratação, e o Sistema permanecer acessível aos licitantes, no decorrer da etapa competitiva, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.10.1.** O Agente de Contratação, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.10.2.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato às licitantes, no Sistema Eletrônico.



## **9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o desconto final proposto para o lote único (conforme modelo de Folha de Fechamento constante no *link*) e os documentos de habilitação abaixo descritos, até a data e o horário estabelecidos pelo Agente de Contratação, podendo deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos Sistemas:

**9.1.1.** Apresentar sua proposta através da Folha de Fechamento, conforme modelo constante no *link* complementar a este Edital, com o desconto total em percentual (numérico) e com, no máximo, duas casas decimais, em estrita observância a todas as descrições previstas neste Edital e Anexos, principalmente no item 8.4 do Anexo I a este Edital, sob pena de desclassificação, sendo que, para fins de classificação final das propostas, será utilizado o maior desconto proposto pela proponente.

**9.1.1.1.** Não deverão ser manipulados os valores individuais dos itens constantes na planilha sintética orçamentária, sob pena de desclassificação. Os únicos campos editáveis pela licitante estão sinalizados no modelo, conforme item 8.4.2 do Anexo I a este Edital.

**9.1.1.2.** O percentual de desconto proposto pela empresa representará desconto uniforme, na forma linear, sobre todos os itens da Planilha Orçamentária de Referência.

**9.1.1.2.1.** Caso o licitante opte pela alteração do BDI referencial é obrigatória a apresentação da composição de sua taxa de BDI com base em fórmula apresentada no Modelo da Planilha para Cálculo de BDI, conforme item 8.4.2.5 do Anexo I a este Edital.

**9.1.1.3.** Indicar prazo de validade da proposta, conforme item 13 deste Edital, sob pena de desclassificação.

**9.1.1.4.** Ao apresentar a Proposta (Folha de Fechamento), a licitante declara concordar com todos os serviços, quantidades e preços da planilha de orçamento referencial constante nos Elementos Instrutores, considerando o percentual de desconto proposto.

**9.1.1.5.** A Proposta (Folha de Fechamento) e todos os elementos que a compõem devem ser assinados pelo Representante Legal da empresa licitante e pelo Responsável Técnico pela execução da obra, ora designado. Para o último, deve-se constar o número do registro do conselho de classe profissional (CREA, CAU etc.).

**9.1.1.6.** Os preços unitários e total, estabelecidos na proposta de preços da licitante, incluem todos os custos e despesas necessários à perfeita execução do seu objeto, conforme item 8.4.8 do Anexo I a este Edital.

**9.1.1.7.** Os encargos sociais sobre os custos da mão de obra horista utilizados como referência são os constantes da Planilha de Encargos Sociais sobre Custos da Mão de Obra Horista (com desoneração).

**9.1.2.** Certidão Conjunta de Regularidade perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, consoante Portaria MF nº 358/2014 (artigo 195, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 68, inciso III, da Lei nº 14.133/2021);

**9.1.3.** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS





(artigo 68, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021);

**9.1.4.** Certidão de Regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal (Mobiliária e Imobiliária) do domicílio ou da sede da empresa, ou outra equivalente, consoante artigo 68, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

**9.1.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do artigo 68, inciso V, da Lei nº 14.133/2021;

**9.1.6.** Declaração unificada, assinada pelo representante legal da licitante ou seu procurador devidamente qualificado, conforme modelo constante no Anexo II a este Edital:

- dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e concorda na integralidade com o Edital e seus Anexos;
- de elaboração independente de proposta;
- de que cumpre o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- de Inexistência de Fato Superveniente;
- de Regularidade, em cumprimento às Resoluções nºs 37/2009 e 172/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público;
- de Reserva de Cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- ciência e concordância ao Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná;
- de Atendimento e Responsabilização com a Logística Reversa; e
- de Atendimento dos Direitos Trabalhistas.

**9.1.6.1.** Sendo a licitante Microempresa/Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar também a declaração conforme modelo constante no Anexo III a este Edital.

**9.1.7.** Certidão da Junta Comercial, em caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com todas as alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da Ata de Eleição de seus administradores; ou Certidão do Cartório de Títulos e Documentos, quando se tratar de sociedade simples e sociedade civil.

**9.1.7.1.** Os documentos mencionados no item supra podem ser substituídos por Certidão Simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais da licitante e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a um ano.

**9.1.7.2.** Comprovante de nomeação de administradores residentes no País, em caso de sociedade controlada por empresa estrangeira.

**9.1.8.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade de acordo com o inciso II do artigo 69 da Lei 14.133/2021.

**9.1.9. Declaração de Vistoria/ Conhecimento das Condições Físicas do Local**, conforme modelo constante no [link](#) complementar a este Edital, firmada pela licitante, comprovando que esta, por intermédio de seu responsável técnico, vistoriou previamente o local onde serão executados os serviços, ou que declara ter pleno conhecimento das condições físicas do local, dispensando a necessidade de vistoria "in loco", de acordo com item 8.2.1 do Anexo I a este Edital;



**9.1.9.1.** A vistoria, se realizada pela empresa, deverá ser feita com acompanhamento de representante do MPPR e deverá ser agendada com o(a) servidor(a) Loreni Maria Justen Reami pelo telefone (45) 3304-4645.

**9.1.10.** Para demonstração de registro profissional deve-se apresentar **Certidão de registro** ou **inscrição** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), comprovando a situação dos Responsáveis Técnicos, na forma da legislação vigente.

**9.1.11.** Para demonstração de registro da licitante deve-se apresentar **Certidão de registro** ou **inscrição** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), comprovando a situação da licitante, na forma da legislação vigente.

**9.1.12. Declaração de Responsabilidade Técnica**, conforme modelo constante no [link](#) complementar a este Edital, firmando compromisso de participação pessoal técnico nomeado pela empresa, no qual declarem que participarão, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto deste contrato, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização do MPPR, conforme abaixo:

**9.1.12.1.** 01 (um) profissional **graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura** ou outra habilitação suficiente, devidamente habilitado e registrado no CREA, CAU ou outro conselho competente, a ser designado como Responsável Técnico pela execução da obra, pertencente ao quadro da empresa.

**9.1.12.2.** Em caso de haver um segundo responsável técnico pela mesma obrigação, ou seja, como corresponsável, este deverá constar na declaração e apresentar mesma habilitação técnica. Não será admitido acréscimo de corresponsabilidade após a contratação.

**9.1.13.** Para comprovação da capacidade técnico-operacional apresentar **Atestados de Responsabilidade Técnica**, em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, com comprovação de ter executado:

**9.1.13.1.** Obra de reforma de edificação de no mínimo 250,00m<sup>2</sup> que inclua os serviços de pintura e instalações elétricas de baixa tensão.

**9.1.13.2.** Não será admitida a soma de atestados de capacidade técnica para que seja comprovada a habilitação técnica da licitante, uma vez que a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão não capacita, necessariamente, a licitante (ou o profissional) para a execução do porte do presente objeto. **Esclarece-se que poderão ser apresentados atestados diversos para os diferentes itens, apenas a soma num mesmo item que não será possível.**

**9.1.14.** Para comprovação da capacidade técnico-profissional apresentar, no mínimo, 1 (um) acervo técnico (**Certidão de Acervo Técnico acompanhada de Atestado de Capacidade Técnica**) de cada profissional designado pela licitante, devidamente chancelado pelo CREA e/ou pelo CAU (ou outro conselho competente), como comprovação da experiência em execução de serviços similares, conforme item 8.6.1.1:

**9.1.14.1.** Obra de reforma de edificação de no mínimo 250,00m<sup>2</sup> que inclua os serviços de pintura e instalações elétricas de baixa tensão.

**9.1.14.2.** À luz do Art. 468 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, os atestados mencionados no caput deste item deverão ser acompanhados de certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais responsáveis técnicos pela obra ou serviço de engenharia ao qual o atestado fizer referência.



**9.1.14.3.** Não será admitida a soma de atestados de capacidade técnica para que seja comprovada a habilitação técnica da licitante, uma vez que a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão não capacita, necessariamente, a licitante (ou o profissional) para a execução do porte do presente objeto. **Esclarece-se que poderão ser apresentados atestados diversos para os diferentes itens, apenas a soma num mesmo item que não será possível.**

**9.1.14.4.** Em caso de divergência entre as informações apresentadas nos diversos documentos, prevalecerá aquela constante da Certidão de Acervo Técnico em detrimento das constantes no Atestado de Capacidade Técnica.

**9.1.15.** O profissional Responsável Técnico deverá **comprovar pertencer** ao quadro permanente da empresa mediante a apresentação de declaração em que o Responsável Técnico designado assuma o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa (quando firmada a contratação do presente objeto), apresentação de cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Certidão do CREA (ou de outra entidade competente) ou Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT.

**9.1.16. Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil**, conforme modelo constante no link complementar a este Edital.

**9.1.17. Declaração de Regularidade**, em cumprimento à Resolução nº 177/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme modelo constante no Anexo VI.

**9.2.** Os documentos exigidos deverão ter prazo de validade em curso na data de sua apresentação, sob pena de inabilitação, ou datados dos últimos 90 (noventa) dias que antecedem a data de abertura da sessão, quando não tiverem prazo estabelecido pelo órgão expedidor competente.

**9.2.1.** Não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade seja indeterminada.

**9.3.** A verificação dos documentos apresentados nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.4.** Na recomposição final da proposta, não poderá ser reduzido o percentual de desconto ofertado no último lance, sob pena de desclassificação.

**9.5.** Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados por cópias, desde que legíveis e autenticadas por Oficial Público, e, os originais, com assinaturas do representante legal, que, havendo dúvida na representação, poderá ser realizada diligência para confirmação.

**9.5.1.** Os documentos que forem apresentados com assinatura digital/eletrônica deverão ter sua autenticidade confirmada através do site <https://validar.iti.gov.br/>, sob pena de desclassificação.

**9.6.** Constatado vício na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ofertante do maior desconto, o Agente de Contratação declarará a licitante vencedora sob a condição de saneamento do defeito na documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização da documentação, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

**9.6.1.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, parágrafo 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração



convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**9.6.2.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**9.7.** O Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no Sistema e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.8.** Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento do procedimento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no Sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no Sistema.

**9.9.** A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidade, com exceção do previsto no item 9.6, será inabilitada, sem prejuízo da aplicação, no que couber, das penalidades aqui previstas e demais cominações legais.

**9.10.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, mediante análise da proposta e da documentação, o Agente de Contratação declarará a vencedora no Sistema Eletrônico.

**9.10.1.** Verificada a documentação pertinente, se a proposta vencedora não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital.

**9.10.2.** Ocorrendo a situação a que se refere o item 9.10.1, o Agente de Contratação poderá negociar com a licitante, para que seja obtido desconto melhor.

**9.10.3.** Somente será considerada habilitada a licitante que houver preenchido todos os requisitos de habilitação.

**9.11.** Encerradas as etapas de julgamento das propostas e do ato de habilitação e inabilitação, qualquer licitante poderá, no prazo de 10 minutos, em campo próprio do Sistema Eletrônico, manifestar de forma imediata a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

**9.12.** A falta de manifestação imediata das licitantes quanto à intenção de recorrer implicará a decadência do direito de recurso, cabendo ao Agente de Contratação encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a homologação.

**9.13.** É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade competente:

**9.13.1.** Promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da Concorrência;

**9.13.2.** Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da licitante, desde que sejam irrelevantes, não alterem os parâmetros da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

**9.13.3.** Convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.



**9.14.** Para compor o processo eletrônico do certame, só serão transferidos do site <https://www.gov.br/compras/> para o Sistema Eletrônico SEI, utilizado pelo Ministério Público do Estado do Paraná, os documentos elencados no item 9.1 deste Edital.

## **10. DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**10.1.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências, ou impugnar os termos do presente Edital, desde que encaminhada a manifestação com antecedência de 3 (três) dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, dirigidas ao Agente de Contratação, através do endereço eletrônico [subadm.cpl@mppr.mp.br](mailto:subadm.cpl@mppr.mp.br).

**10.2.** Quaisquer outras manifestações formais subsequentes ao prazo do item anterior serão recebidas apenas como meros pedidos de esclarecimentos.

**10.3.** Decairá do direito de impugnar os termos do Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no prazo fixado no item 10.1.

**10.4.** A autoridade competente decidirá sobre a petição no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1** Manifestada a intenção de recorrer, conforme item **9.11**, inicia-se o prazo de **3 (três) dias úteis** para a apresentação dos memoriais relacionados à intenção manifestada, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo concedido.

**11.1.1.** Ficam as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo do item **11.1**.

**11.1.2.** Os recursos intempestivos não serão conhecidos.

**11.2.** As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do Sistema [www.gov.br/compras](https://www.gov.br/compras).

**11.2.1.** A não apresentação dos memoriais configurará renúncia ao direito de recorrer.

**11.2.2.** Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço [subadm.cpl@mppr.mp.br](mailto:subadm.cpl@mppr.mp.br).

**11.3.** Não serão conhecidos os recursos subscritos por representante que não comprove poder de representação legal.

**11.4.** Caberá ao Agente de Contratação receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos a decisão final em relação àqueles, quando o Agente de Contratação mantiver sua decisão.

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação da licitante vencedora, o procedimento licitatório será encaminhado pelo Agente de Contratação ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos para adjudicação e homologação.





### **13. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

**13.1.** A proposta (Folha de Fechamento) deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias a partir da data estipulada para abertura do presente certame, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do final. Caso este prazo não esteja expressamente indicado, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

### **14. DA DESPESA E DO VALOR MÁXIMO**

**14.1.** O pagamento desta contratação correrá, mediante a emissão de Nota de Empenho, a conta da dotação orçamentária 0960.03091048.011 – Gestão do Fundo Especial do Ministério Público do Paraná - FUEMP, no subelemento de despesas 3390.3916 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

**14.2.** O valor máximo para esta Concorrência Eletrônica é de **R\$ 135.959,86** (cento e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

### **15. DOS PRAZOS**

**15.1.** O prazo de execução para conclusão dos serviços é de **3 (três) meses**, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço (OS) a ser emitida pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura – DEA.

**15.2.** Quando da emissão da OS, será também agendada a Reunião Inaugural, em local a definir, para apresentação da equipe técnica do MPPR e da empresa contratada, entrega do material/elementos técnicos e esclarecimentos quanto aos serviços.

**15.2.1.** Na Reunião Inaugural é indispensável a presença de todos os Responsáveis Técnicos da obra, designados no procedimento licitatório.

**15.2.2.** Para a Reunião Inaugural, o Contratado deverá apresentar os seguintes documentos:

**15.2.2.1.** Cronograma Físico-Financeiro.

**15.2.2.2.** Os documentos de Responsabilidade Técnica (ART) – devidamente assinados e quitados, de todos os profissionais designados durante a fase licitatória (ou formalmente substituídos).

**15.2.2.3.** CNO da Obra – deverá ser aberto junto à Receita Federal após a assinatura do contrato. Os recolhimentos de tributos deverão ser obrigatoriamente feitos conforme instrução normativa da Receita Federal do Brasil.

**15.3.** A vigência se inicia com a assinatura do contrato e se encerra após 6 (seis) meses contados a partir do término do prazo de execução.

**15.3.1** No prazo de vigência persiste a relação contratual relativa a pagamentos, aprovações pendentes e outras demandas fora dos limites da atuação da Administração e da Contratada.

**15.4.** Os prazos de início, de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos motivos listados no item 4.4.4 do Anexo I a este Edital, devidamente autuados no processo.

**15.5.** A Contratada deverá informar a fiscalização acerca de eventual necessidade de aditamento contratual, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias anteriores ao término do prazo para conclusão da obra. Eventuais atrasos na execução da obra em razão da análise





de aditivos pleiteados sem tempo hábil para análise pelo Contratante serão de responsabilidade da Contratada.

**15.5.1.** Toda solicitação de prorrogação de prazo (ou de suspensão de contrato) deverá ser efetivada dentro do período de execução do contrato, bem como toda solicitação de prorrogação da vigência contratual deverá ser efetivada durante sua vigência, aplicando-se, entretanto, o artigo 111 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 410 do Decreto Estadual nº 10.086/2022. As solicitações devem ser devidamente justificadas e previamente autorizadas pelo Contratante, em ambos os casos, conforme item 4.4.5 do Anexo I a este Edital.

**15.6.** Executado o contrato, seu objeto será recebido:

**15.6.1.** Provisoriamente, pelo fiscal do contrato ou por comissão formada para tal fim, quando da conclusão da obra / serviço, mediante Termo de Recebimento Provisório, emitido em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Contratada, com duração máxima de 3 (três) meses.

**15.6.2.** Definitivamente, pela Comissão de Aceite, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes e pelo usuário, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

## **16. DA CONTRATAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**16.1.** Após a publicação da homologação do resultado do julgamento e da declaração da adjudicatária no endereço eletrônico ([www.mppr.mp.br](http://www.mppr.mp.br) – licitações) e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Paraná, é dever da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato, mediante liberação por parte do Departamento de Aquisições e Logística, situado na Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, bem como apresentar as Certidões referentes ao § 1º do artigo 5º da Resolução nº 177/2017-CNMP (Anexo VI).

**16.1.1.** A assinatura deverá, preferencialmente, ser realizada de forma digital/eletrônica, devidamente autenticada com certificado válido ou, de forma presencial no caso de empresas com domicílio na Capital do Estado do Paraná, devendo o representante da empresa comparecer à Sede da Instituição (Rua Marechal Hermes, 751, Centro Cívico, Curitiba/PR) para assinatura do contrato.

**16.1.2.** Caso a empresa não disponha de assinatura digital/eletrônica, e também não possua domicílio na Capital do Estado do Paraná o contrato será remetido via Correio, encomenda expressa (SEDEX), devendo a empresa apor a assinatura e devolver também da mesma forma.

**16.2.** Na hipótese de não comprovação das condições de habilitação consignadas no item 16.5 do Edital ou a recusa da licitante em assinar o contrato e/ou retirar a nota de empenho, outra licitante poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato e retirar a nota de empenho, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela licitante primeira classificada (artigo 90, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/21), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

**16.3.** Ocorrendo a hipótese descrita no item 16.2, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida pela licitante vencedora e adjudicatária, sujeitando-se esta às penalidades legais estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 (artigos 155 a 163).



**16.4.** Os pagamentos pelos serviços executados, objeto desta **CONCORRÊNCIA**, serão efetuados em até 10 (dez) dias úteis, por faturas mensais, após medição e autorização por parte da Comissão de Aceite.

**16.4.1.** Como condição para liberação da **primeira fatura**, além do previsto no item 7.2 do Anexo I a este Edital, a Contratada deve apresentar os documentos descritos no item 7.3 do Anexo I a este Edital.

**16.4.2.** Como condição para liberação de **qualquer uma das faturas**, a Contratada deverá apresentar os documentos descritos no item 7.2 do Anexo I a este Edital.

**16.4.3.** Como condição para liberação da **última fatura**, além do previsto no item 7.2 do Anexo I a este Edital, a Contratada deve apresentar os documentos descritos no item 7.4 do Anexo I a este Edital.

**16.4.3.1.** O pagamento da última parcela do cronograma físico-financeiro deverá corresponder obrigatoriamente a no mínimo 11,00% do valor total do contrato.

**16.4.4.** Demais disposições sobre pagamento encontram-se no item 7 do Anexo I a este Edital.

**16.4.5.** A Contratada deverá notificar o Contratante, quando os serviços previstos para a etapa forem cumpridos integralmente, para que no prazo de 10 (dez) dias úteis seja constatado "in loco" pela fiscalização do MPPR a sua efetiva realização, a qual deverá autorizar (ou não) o processo de pagamento e consequente emissão de fatura.

**16.4.6.** Caso o processo de pagamento não seja autorizado, caberá nova solicitação de medição, sendo que o prazo para conclusão da etapa continuará sendo o firmado na Ordem de Serviço, sendo incidida no valor da parcela a cobrança de multa conforme previsão em contrato, até que se cumpra o previsto no Cronograma físico-financeiro para a parcela. A comprovada infringência de disposição de contrato implicará retenção de pagamento, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

**16.5.** O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação das certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o FGTS, as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, além de comprovar a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (artigo 116 da Lei nº 14.133/2021).

**16.6.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, devidamente corrigida.

**16.7.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

**16.8.** O Ministério Público do Estado do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos desta Concorrência.

**16.9.** Para efeito da emissão da Nota Fiscal, o número de inscrição no CNPJ do Ministério Público do Estado do Paraná é 78.206.307/0001-30 e o endereço é Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, Curitiba, Paraná.

## **17. DAS SUBCONTRATAÇÕES**

**17.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:



**17.1.1.** Será permitida a subcontratação parcial do objeto para atividades que, embora integrem o objeto da contratação, sejam meramente auxiliares à conclusão do objeto contratado, devido à sua natureza específica e atuação de mercado ou quando for usual no mercado próprio a subcontratação de determinados serviços. Portanto, os serviços passíveis de subcontratação são os seguintes:

**17.1.1.1.** Instalação dos componentes nas esquadrias maxim-ar;

**17.1.1.2.** Instalação de equipamentos de ar condicionado e;

**17.1.1.3.** Certificação de pontos de lógica;

**17.1.2.** Quando solicitado pela fiscalização do MPPR, a Contratada deverá comprovar a capacidade técnica da empresa subcontratada através da apresentação de atestados de capacidade técnica ou portfólios que comprovem que o subcontratado já tenha executado serviço similar ao objeto subcontratado.

**17.2.** De acordo com o inciso II, do parágrafo 6º, do artigo 118, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, é vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação.

**17.3.** A subcontratação depende de autorização prévia do MPPR, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**17.4.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**17.5.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**17.6.** Para a aprovação da subcontratação a empresa deverá apresentar as Certidões Negativas de Débitos da subcontratada e o contrato de prestação de serviços entre as empresas.

## **18. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** A licitante e a Contratada que incorra em infrações administrativas sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos, conforme o artigo 156, parágrafo 4º da Lei nº 14.133/2021; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos conforme o artigo 156, parágrafo 5º da Lei nº 14.133/2021.

**18.2.** As sanções previstas no item 18.1 poderão ser aplicadas a quem:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;



- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

**18.3.** As sanções previstas nos itens I, III e IV do item 18.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme artigo 198, parágrafo 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**18.4.** ADVERTÊNCIA é a sanção aplicada por descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave e/ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave conforme artigo 195, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**18.5.** Fica estipulada a **MULTA MORATÓRIA** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total da etapa quando a Contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, a obrigação assumida. A partir do trigésimo primeiro dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, sobre todo o período moratório, limitando-se ao montante de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato. Decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 18.6.

**18.6.** Fica estipulada a **MULTA COMPENSATÓRIA** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 18.5, hipótese em que poderá ser cancelado o pedido ou documento correspondente.

**18.7.** O valor correspondente a qualquer multa aplicada à Contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor do Contratante, ficando a Contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

**18.7.1.** As multas poderão ser descontadas de pagamento eventualmente devido pelo Contratante decorrentes de outros contratos firmados com o Ministério Público do Estado do Paraná, conforme artigo 199, parágrafo 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.



**18.8.** Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

**18.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme artigo 156, parágrafo 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**18.10.** A aplicação das sanções previstas no item 18.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme artigo 156, parágrafo 9º, da Lei nº 14.133/2021.

**18.11.** Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da Contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à Contratada ou estornada do empenho respectivo.

**18.12.** A aplicação da multa a que se refere o item 18.6 não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

**18.13.** O **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** será aplicado à licitante que:

**18.13.1.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**18.13.2.** der causa à inexecução total do contrato;

**18.13.3.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**18.13.4.** não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**18.13.5.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; e

**18.13.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**18.14.** A aplicação da sanção prevista no item 18.13 deve observar o prazo de duração de no máximo 3 (três) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos no âmbito do Estado do Paraná, sem prejuízo do disposto no artigo 156, parágrafo 4º da Lei nº 14.133/2021.

**18.15.** A **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** será aplicada a quem:

**18.15.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**18.15.2.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**18.15.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**18.15.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**18.15.5.** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

**18.16.** A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e produzirá seus efeitos no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, conforme artigo 156, parágrafo 5º, da Lei nº 14.133/2021.

**18.17.** A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a declaração de inidoneidade, conforme artigo 156, parágrafo 6º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.





**18.18.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a sancionada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme artigos 215 a 223 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

## **PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.19.** Caso a licitante incorra em uma das condutas elencadas no presente capítulo, será instaurado procedimento administrativo para apuração da irregularidade e a aplicação de sanções, no qual será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**18.20.** Na aplicação das penalidades serão consideradas as circunstâncias artigo 156, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** - as peculiaridades do caso concreto;
- III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**18.20.1.** Deverão ser consideradas como agravantes e atenuantes as circunstâncias previstas nos incisos dos artigos 211 a 213 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**18.20.2.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante, observando-se, ainda o previsto nos parágrafos do artigo 198 do Decreto Estadual 10.086/2022.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1** A Contratada deve comunicar à Fiscalização se detectar falhas de compatibilização entre os projetos das diversas disciplinas envolvidas e o local. Caso contrário, deve se responsabilizar por efeitos futuros e custos de adequações.

**19.2.** Quando houver divergência entre as especificações de projeto e as especificações estabelecidas pela fabricante do equipamento e/ou as boas práticas de engenharia, a Contratada deverá apontar tais divergências imediatamente à fiscalização. Caso contrário, a Contratada se responsabiliza pelos efeitos futuros bem como pelos custos futuros de adequação.

**19.3.** As marcas e produtos referenciados nas plantas, especificações e listas de material admitem substituição por equivalente técnico, se for devidamente comprovado (com ônus para a Contratada) o seu desempenho por meio de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceitos pela fiscalização do MPPR. Poderão, ainda, ser solicitados pela fiscalização, amostras de produtos, especificações e laudos técnicos.

**19.4.** Demais disposições para a Contratada, bem como suas obrigações, encontram-se discriminadas no item 5 do Anexo I a este Edital.





**19.5.** A presente licitação poderá ser revogada, a critério da Administração, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, por razões de interesse público, como apresentar a licitante vencedora preço superior ao de mercado, salvo se promover a adequação/redução do preço; ou ser anulada por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação, mediante parecer escrito e fundamentado, visando resguardar o interesse da Administração, sem que às licitantes assista o direito à indenização de qualquer espécie, cabendo recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado o disposto nos artigos. 165 a 168 da Lei Federal n.º 14.133/2021, no que couber, conforme artigo 107, parágrafo 2º do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

## **20. DOS ANEXOS**

**20.1.** São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo da declaração referente ao item 9.1.6;

ANEXO III - Modelo da declaração referente ao item 9.1.6.1;

ANEXO IV - Minuta do Termo de Contrato;

ANEXO V – Estudo Técnico Preliminar; e

ANEXO VI - Modelo da declaração referente ao item 9.1.15.

**20.2.** Os arquivos listados abaixo poderão ser encontrados no link

<https://drive.google.com/drive/folders/1GX9ICjaN3XR3G2rgWDuyHoA8-m1Czl>

- Projeto Geral dos serviços;
- Projeto das revisões da parte elétrica;
- Modelo de Folha de Fechamento (apresentação do desconto proposto) para a empresa;
- Planilha de BDI Referencial (para Serviços e Equipamentos);
- Planilha-Resumo Referencial (preços máximos admitidos no certame);
- Planilha Orçamentária de Referência (quantidade e preços unitários máximos admitidos no certame);
- Planilha de Composições Complementares;
- Planilha de Cotações Complementares;
- Planilha de Curva ABC Referencial;
- Modelo de Cronograma físico-financeiro;
- Composição de Encargos Sociais Básicos
- Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica;
- Modelo de Declaração referente ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
- Modelo de Declaração de Vistoria – Conhecimento das Condições Físicas do Local;



Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será afixado no Ministério Público do Estado do Paraná no lugar de costume e publicado nos termos da legislação.

Curitiba, 29 de dezembro de 2025.

Carolina Baptista Neiva de Lima Rezende  
Agente de Contratação



**TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>Objeto:</b>	Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de reforma na área que abriga a Sede do Ministério Público do Estado do Paraná, no Fórum da comarca de Cascavel.
<b>Endereço:</b>	Av. Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre, Cascavel - PR.
<b>Valor Total Máximo:</b>	R\$ 135.959,86 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos)
<b>Percentual Mínimo de Desconto:</b>	0,0% (zero por cento)

**1. OBJETO**

**1.1. DESCRIÇÃO**

1.1.1. Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de reforma na área que abriga a Sede do Ministério Público do Estado do Paraná, no Fórum da comarca de Cascavel, localizada na **Av. Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre, Cascavel - PR.**

1.1.2. Código CATSER do Portal Nacional de Compras Públicas do Governo Federal: 1619 - Obras civis de Edificações Prediais.

**1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS**

1.2.1. O objeto consiste na execução de um conjunto de serviços de reforma e manutenção, conforme detalhado na Planta Geral e descrito a seguir:

1.2.2. **Item 01 - Fechamento de aberturas e Pintura Geral:** Compreende o fechamento de vãos com chapas de drywall, pintura de paredes com emassamento de áreas com defeito, pintura de divisórias com tinta látex, e lixamento e aplicação de verniz em rodapés e portas de madeira;

1.2.3. **Item 02 - Substituição de piso na Copa:** Consiste na demolição manual do piso existente e instalação de porcelanato retificado acetinado 60x60cm;

1.2.4. **Item 03 - Retirada de Centrais de Ar Condicionado:** Remoção e descarte de centrais de ar condicionado desativadas, com o fechamento dos respectivos dutos;

1.2.5. **Item 04 - Execução de Forro:** Inclui a remoção de forro existente e a instalação de novo forro em drywall com tabica em alumínio branco nas áreas indicadas;

1.2.6. **Item 05 - Substituição de Piso Vinílico:** Substituição de piso vinílico na área indicada;

1.2.7. **Item 06 - Pintura de Porta:** Lixamento e pintura de porta veneziana de madeira;

1.2.8. **Item 07 - Substituição de Forro Fibromineral:** Troca de placas danificadas do forro existente nas áreas indicadas;

1.2.9. **Item 08 - Manutenção de Porta de Banheiro:** Substituição da folha de porta e instalação de nova fechadura para banheiro;

1.2.10. **Item 09 - Correções em Banheiro Feminino:** Substituição de válvula em metal e sifão metálico no lavatório, e refazimento dos rejuntas;

1.2.11. **Item 10 - Correções em Banheiro Masculino:** Refazimento de rejuntas nos lavatórios.

1.2.12. **Item 11 - Substituição de Piso nas áreas com as centrais de ar condicionado:** Remoção de carpete e piso cerâmico em áreas específicas e instalação de porcelanato retificado acetinado 60x60cm;

1.2.13. **Item 12 - Vedação em Drywall:** Retirada de veneziana de madeira e fechamento da parede em drywall.

1.2.14. **Item 13 - Substituição de Torneira:** Troca de torneira de parede;



1.2.15. **Item 14 - Deslocamento de Bracket:** Deslocamento do suporte (bracket) conforme detalhamento em projeto;

1.2.16. **Item 15 - Retirada de Equipamentos de Ar Condicionado:** Remoção de equipamentos (evaporadora e condensadora) de salas a serem devolvidas pelo MPPR;

1.2.17. **Item 16 - Inserção de Porta:** Instalação de porta entre o Gabinete e a Assessoria da 14ª Promotoria de Justiça, conforme projeto específico;

1.2.18. **Item 17 - Instalação de Equipamentos de Ar Condicionado:** Instalação dos equipamentos existentes oriundos da 11ª PJ;

1.2.19. **Item 18 - Manutenção de Janelas:** Substituição do conjunto (apoio + haste) em janelas do tipo maxim-ar;

1.2.20. **Item 19 - Instalações elétricas (Conforme projeto específico):** Instalação de novo quadro de distribuição e substituição dos componentes do sistema elétrico que alimenta diversos equipamento de ar condicionado na área do MPPR no 1º andar do fórum.

### 1.3. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

1.3.1. O preço máximo admitido para a execução dos serviços é de **R\$ 135.959,86 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos)**, sendo 61,55 % (sessenta e um inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) referente aos materiais e 38,45% (trinta e oito inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) referente à mão de obra.

1.3.2. De acordo com o art. 471 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, a estimativa do valor da contratação está detalhada na Planilha Orçamentária de Referência, que compõe os elementos instrutores desta licitação.

1.3.3. Os valores unitários correspondem a custos de materiais e mão de obra (inclusive encargos sociais e trabalhistas) e foram baseados, em sua maioria, na Tabela de Referência de Custos Unitários, adotada pelo Estado do Paraná – SINAPI/PR – fevereiro de 2025 e SECID – março de 2025 (Resolução nº 27/2025, da Secretaria de Estado das Cidades). Outros valores foram estimados a partir de composições semelhantes da própria SECID e consultas a outras planilhas oficiais e a empresas do ramo.

1.3.4. Os códigos da planilha e descrição dos itens servem como referência às composições do item da tabela oficial, composições e cotações.

1.3.5. O BDI, que incide sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, foi formulado conforme arquivo anexo ao Edital (disponibilizado no link) e já aplicado para estabelecimento do preço máximo admitido nesta licitação.

### 1.4. DO LOCAL E PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.4.1. A obra será executada na área que abriga a Sede do Ministério Público do Estado do Paraná, no Fórum da comarca de Cascavel, localizada na **Av. Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre, Cascavel - PR**;

1.4.2. O prazo de execução do contrato é de **3 (três) meses**, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço, a ser emitida pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura – DEA.

### 1.5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.5.1. Conforme Art. 6º, Lei Federal nº 14.133/2021:

( X ) OBRA ( ) SERVIÇO DE ENGENHARIA ( ) AQUISIÇÃO

OBJETO COMUM: ( X ) SIM ( ) NÃO

1.5.2. Conforme Art. 6º, XIII e XIV, Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos nos elementos instrutores deste edital,



observada a normativa técnica de desempenho e especificações de projeto, o objeto é caracterizado como objeto comum.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A edificação demanda revisões e adequações para possibilitar o atendimento das necessidades dos servidores e garantir a conservação do imóvel. A presente contratação justifica-se pela necessidade de solucionar problemas decorrentes do uso e do tempo, como o fechamento de aberturas de sistemas antigos, a substituição de pisos desgastados, a retirada de equipamentos obsoletos e o reparo funcional de esquadrias, garantindo a segurança, salubridade e adequadas condições de trabalho.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. O principal serviço desta contratação é o fechamento das aberturas e a pintura das áreas do MPPR, os outros serviços visam corrigir ou melhorar situações que demandam atenção, como: pisos cerâmicos quebrados, substituição de placas de forro e portas de madeira deterioradas, refazimento de instalações elétricas do sistema de ar condicionado entre outros trabalhos menores.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. CONDIÇÕES GERAIS**

4.1.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com os elementos instrutores da contratação, as Normas Técnicas vigentes, os Projetos e a Planilha Orçamentária.

4.1.2. A empresa contratada deverá disponibilizar em seu quadro técnico (ou sob outra forma de vínculo/contratação) equipe técnica e mão de obra qualificada, incluindo engenheiro civil ou arquiteto, com registro nos respectivos conselhos profissionais.

4.1.3. A obra será realizada em edifício ocupado e em pleno funcionamento. A contratada deverá planejar suas atividades de forma a minimizar a interferência nas rotinas do Fórum.

4.1.3.1. Deve-se dar preferência à execução dos serviços nos dias e horários em que o MPPR abra expediente (de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h). Entretanto, serviços que indisponibilizem os sistemas de energia elétrica e lógica, água/esgoto, que gerem ruído excessivo ou risco aos usuários devem ser realizados preferencialmente em horários alternativos, mediante orientação da fiscalização do MPPR. Trabalhos em dias festivos ou fins de semana deverão ser previamente agendados e autorizados pela instituição.

4.1.3.2. A cada atuação da contratada (ou de equipe subcontratada) fora do período de expediente, será necessária comunicação prévia à fiscalização, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para as devidas formalizações e liberações de acesso.

### **4.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

4.2.1. Nas contratações das obras promovidas por este Ministério Público do Estado do Paraná – assim como no desenvolvimento das demais atividades ligadas ao objeto – são observadas práticas sustentáveis para aquisição, uso e descarte de produtos, bem como para contratação e execução de serviços, em consonância com as diretrizes nacionais de contratações sustentáveis. Dessa forma, para o presente objeto, a licitante deve se ater aos seguintes critérios de sustentabilidade:

4.2.1.1. Equipamentos: os equipamentos a serem utilizados estão em boas condições de manutenção, com licenças e certificados de emissões de poluentes válidos;

4.2.1.2. Uso de produtos e materiais: priorização do uso de materiais de construção e produtos com certificação ambiental, quando disponíveis. Quando necessário, apresentação de Fichas



de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) dos produtos químicos a serem utilizados na obra.

4.2.1.3. Menor geração de resíduos: implementação e otimização de todos os recursos para a correta destinação de resíduos, visando a possibilidade de reaproveitamento (sempre que possível) ou reciclagem;

4.2.1.4. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras, dando preferência por materiais certificados e/ou renováveis e prezando por critérios de qualidade que priorizem a maior durabilidade possível (alta performance e baixa obsolescência prematura).

4.2.1.5. Maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia – reaproveitados, sempre que possível;

#### **4.3. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

4.3.1. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, no cumprimento do objeto do Contrato, e sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, a contratada poderá subcontratar serviços especializados.

4.3.2. Será permitida a subcontratação parcial do objeto para atividades que, embora integrem o objeto da contratação, sejam meramente auxiliares à conclusão do objeto contratado, devido à sua natureza específica e atuação de mercado ou quando for usual no mercado próprio a subcontratação de determinados serviços. Portanto, os serviços passíveis de subcontratação são os seguintes:

4.3.2.1. Instalação dos componentes nas esquadrias maxim-ar

4.3.2.2. Instalação de equipamentos de ar condicionado e,

4.3.2.3. Certificação de pontos de lógica;

4.3.3. Quando solicitado pela fiscalização do MPPR, o contratado deverá comprovar a capacidade técnica da empresa subcontratada através da apresentação de atestados de capacidade técnica ou portfolios que comprovem que o subcontratado já tenha executado serviço similar ao objeto subcontratado.

4.3.4. É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

4.3.5. A subcontratação depende de autorização prévia do MPPR, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.3.8. Para a aprovação da subcontratação a empresa deverá apresentar as Certidões Negativas de Débitos da subcontratada e o contrato de prestação de serviços entre as empresas.

#### **4.4. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO:**

4.4.1. A vigência se inicia com a assinatura do contrato e se encerra após 6 (seis) meses contados a partir do término do prazo de execução.





4.4.2. No prazo de vigência persiste a relação contratual relativa a pagamentos, aprovações pendentes e outras demandas fora dos limites da atuação da Administração e do contratado.

4.4.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, respeitadas as disposições contidas no art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.4. Os prazos de início, de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos seguintes motivos, devidamente autuados no processo:

4.4.4.1. Alteração, pelo contratante, do projeto ou especificações;

4.4.4.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

4.4.4.3. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do contratante;

4.4.4.4. Alteração das quantidades inicialmente previstas no contrato nos limites permitidos pela Lei;

4.4.4.5. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência;

4.4.4.6. Omissão ou atraso de providências a cargo do contratante, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

4.4.5. O contratado deverá informar a fiscalização acerca de eventual necessidade de aditamento contratual, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias anteriores ao término do prazo para conclusão da obra. Eventuais atrasos na execução da obra em razão da análise de aditivos pleiteados sem tempo hábil para análise pelo contratante serão de responsabilidade do contratado.

4.4.5.1. Toda solicitação de prorrogação de prazo (ou de suspensão de contrato) deverá ser efetivada dentro do período de execução do contrato, bem como toda solicitação de prorrogação da vigência contratual deverá ser efetivada durante sua vigência, aplicando-se, entretanto, o Art. 111 da Lei nº 14.133/2021 e art. 410 do Decreto Estadual nº 10.086/2022. As solicitações devem ser devidamente justificadas e previamente autorizadas pelo contratante, em ambos os casos.

4.4.6. No caso de prorrogação do prazo de execução, deverá ser elaborado novo cronograma físico-financeiro pelo contratado, com as alterações necessárias, incluindo-se as parcelas faturadas e a faturar, condicionado à análise e aprovação do contratante.

4.4.6.1. Requerido aditivo contratual em que seja necessário readequação do cronograma físico-financeiro, o prazo de execução ficará automaticamente suspenso da data do encerramento do prazo a aditar até a assinatura do Termo Aditivo, devendo ser documentada a suspensão no cronograma físico-financeiro constante nos autos do processo administrativo;

4.4.6.2. No caso do subitem acima, caso seja indeferido o pedido de aditamento do contrato, o prazo não se considerará suspenso;

4.4.7. A mera solicitação de aditivo contratual não suspende o prazo de vigência.

#### **4.5. DA GARANTIA CONTRATUAL (DOS BENS E SERVIÇOS):**

4.5.1. A contratada deverá fornecer os prazos de garantia dos produtos que deverão ser iguais ou superiores aos estipulados na NBR 17170.

4.5.2. O acionamento da garantia deverá englobar todas as despesas para reparos e substituições, referentes aos materiais, equipamentos e consumíveis e de mão de obra, bem como as de deslocamento, fretes, tributos e todas as demais despesas.



#### **4.6. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO:**

4.6.1. Devido ao porte da obra não será exigida garantia contratual, conforme discricionariedade estabelecida no Art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

#### **4.7. DO REAJUSTE CONTRATUAL:**

4.7.1. Não se aplica.

#### **4.8. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:**

4.8.1. Conforme art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

4.8.2. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes devem ser ressarcidos pelo MPPR pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

4.8.3. Havendo alteração do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, deve ser reestabelecida a equação econômico-financeira por meio de aditamento contratual nos casos autorizados pela Lei nº 14.133/2021.

4.8.3.1. Caso os serviços a serem acrescidos ou suprimidos constem na Planilha Orçamentária (Planilha de Serviços) da obra contratada, prevalecerão os valores propostos pelo contratado, em cada item;

4.8.3.2. Caso os serviços a serem acrescidos não constem na Planilha de Serviços da obra contratada, mas constem na tabela referencial de custos utilizada para a elaboração do orçamento, os valores dessa tabela prevalecerão, incluído o BDI referencial e levando em conta os descontos ofertados pelo contratado na proposta global;

4.8.3.3. Caso os serviços a serem acrescidos não constem nem na Planilha de Serviços da obra contratada, nem na tabela referencial de custos utilizada para a elaboração do orçamento, os preços serão fixados, por meio de pesquisa de preços no mercado, com no mínimo três cotações, e os preços dos serviços a serem contratados serão os menores preços unitários apurados nessa pesquisa, multiplicados pelos descontos oferecidos na proposta do contratado.

4.8.3.4. A revisão do preço original do contrato, quando imposta em decorrência das disposições deste Contrato, dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente;

4.8.4. Toda solicitação de acréscimos ou supressões de serviços deverá ser realizada no prazo de execução do contrato, aplicando-se ao art. 111 da Lei nº 14.133/2021 e art. 410 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

4.8.4.1. As solicitações de aditivos devem vir acompanhadas de parecer técnico conclusivo emitido pela fiscalização, analisadas pelo gestor do contrato e previamente autorizadas pelo representante legal do contratante.

4.8.4.2. Os acréscimos e supressões de serviços quantificados, a serem formalizados por termo aditivo, deverão ser planilhados com a indicação dos serviços a serem suprimidos e serviços a serem acrescidos, sujeito à aprovação da autoridade competente do MPPR, após análise do gestor do contrato.

4.8.4.3. Em caso de acréscimos e reduções de serviços no mesmo contrato, devem ser consideradas as reduções ou acréscimos de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.



#### **4.9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

4.9.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

4.9.1.1. observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no termo de referência e no edital de licitação;

4.9.1.2. mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

4.9.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, nem restrição à capacidade do contratado de concluir o contrato, e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

4.9.2. A alteração subjetiva a que se refere este artigo deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

#### **4.10. DO CONSÓRCIO:**

4.10.1. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio tendo em vista que se trata de objeto de alta complexidade ou vulto que torne restrito o universo de possíveis licitantes, em razão da natureza, complexidade e porte dos serviços. As empresas atuantes no mercado possuem, sozinhas, condições de realizar o objeto da licitação e de suprir os requisitos do edital, aumentando a concorrência, pois assim concorrem entre si.

4.10.2. O objetivo em vedar a participação de empresas em consórcio é de evitar uma possível associação entre empresas interessadas e perfeitamente aptas a executar integralmente o objeto licitado, as quais poderiam, em vez de estabelecer disputa entre si, formalizar acordos para eliminar a competição.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. DO REGIME DE EMPREITADA**

5.1.1. Regime de empreitada por preço unitário, com revisão de quantidades.

5.1.1.1. Prevalecerão as quantidades reais, devendo as quantidades de serviços serem glosadas ou acrescidas conforme tenham sido estimadas a maior ou a menor na Planilha Orçamentária.

#### **5.2. DO INÍCIO DOS SERVIÇOS**

5.2.1. Uma vez homologada a Licitação, haverá assinatura de contrato, devendo o início dos serviços aguardar a emissão de Ordem de Serviço pela Fiscalização do MPPR, ligada ao Departamento de Engenharia e Arquitetura – DEA.

5.2.2. Os serviços deverão ser iniciados na data estabelecida na Ordem de Serviço (OS), sob pena de o contratado ser penalizado com base nas disposições firmadas em contrato.

5.2.3. Quando da emissão da OS, será também agendada a Reunião Inaugural, em local a definir, para apresentação da equipe técnica do MPPR e da empresa contratada, entrega do material/elementos técnicos e esclarecimentos quanto aos serviços.

5.2.3.1. Na Reunião Inaugural é indispensável a presença de todos os Responsáveis Técnicos da obra, designados no procedimento licitatório.

5.2.4. Para a Reunião Inaugural, o contratado deverá apresentar os seguintes documentos:

5.2.4.1. Cronograma Físico-Financeiro.

5.2.4.2. Os documentos de RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) – devidamente assinados e quitados, de todos os profissionais designados durante a fase licitatória (ou formalmente substituídos).

5.2.4.3. CNO DA OBRA – deverá ser aberto junto à Receita Federal após a assinatura do contrato. Os recolhimentos de tributos deverão ser obrigatoriamente feitos conforme instrução normativa da Receita Federal do Brasil.



5.2.4.4. A adjudicatária deverá possuir (e apresentar) Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU-PR).

### **5.3. DO DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS**

5.3.1. A formalização do Contrato (bem como da Ordem de Serviço) presume que o contratado:

5.3.1.1. Examinou criteriosamente todos os elementos técnicos instrutores, que os comparou entre si e obteve expressamente do contratante as informações necessárias à sua consecução;

5.3.1.2. Atestou que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, ficando ciente de todos os detalhes do empreendimento e de que conhece as condições de sua execução.

5.3.2. Em caso de divergência ou duplicidade em relação aos elementos técnicos instrutores, prevalecerá na execução do objeto do contrato a seguinte ordem de prioridade:

5.3.2.1. Projeto executivo, especificações e demais elementos técnicos pertinentes a cada caso;

5.3.2.2. Planilha Orçamentária de Referência;

5.3.2.3. Nos projetos, prevalecerão os elementos de maior detalhamento;

5.3.3. Na hipótese de divergências entre as instruções de execução/installação dos fabricantes dos produtos ou equipamentos e as instruções contidas nos projetos, prevalecerá as instruções dos fabricantes – desde que atendidos os requisitos técnicos contidos nos elementos instrutores.

5.3.3.1. O contratado deve comunicar à Fiscalização se detectar falhas de compatibilização entre os projetos das diversas disciplinas envolvidas e o local. Caso contrário, deve se responsabilizar por efeitos futuros e custos de adequações.

5.3.4. A Planilha Orçamentária (Planilha de Serviços) é orientativa, devendo o contratado tomar por base o(s) projeto(s) constante(s) e os anexos do instrumento convocatório, desde o momento da efetivação de sua proposta no procedimento licitatório até a execução do objeto.

5.3.5. O contratado deve compatibilizar o projeto executivo licitado, adequando o projeto com os elementos que serão efetivamente adquiridos, executados ou instalados. Assim, fica também responsável por analisar e sugerir adequação e compatibilização dimensional, estrutural e elétrica de acordo com as recomendações do fabricante para apreciação e aprovação pela fiscalização.

5.3.6. Considerar-se-á o contratado como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos básico e/ou executivo, mas implícitos e necessários à perfeita execução do objeto.

5.3.7. Se o contratado, em qualquer fase da execução do contrato, considerar necessária a retificação dos elementos técnicos instrutores, deverá requerer suas alterações, em tempo hábil, ao contratante, não se justificando o abandono das atividades ajustadas, por inadequações não reclamadas na ocasião oportuna.

5.3.7.1. Nenhuma modificação poderá ser feita nos desenhos e nas especificações dos projetos sem autorização expressa do contratante.

5.3.8. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos fornecidos pelo contratante não poderão constituir pretexto para o contratado cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de preços unitários à revelia do contratante, devendo para isto requerer as alterações conforme disposições contratuais específicas.

5.3.9. Caso haja divergência entre orientações dos fabricantes dos produtos/equipamentos e os elementos técnicos instrutores, o contratado deverá proceder ao pedido de equivalência técnica, de maneira formalizada (solicitação protocolada no MPPR).

### **5.4. CRONOGRAMA DE MEDIÇÕES DO SERVIÇO:**



5.4.1. O Cronograma Físico-Financeiro Referencial da obra consta nos elementos instrutores desta licitação e foi estabelecido pelo MPPR com base no valor máximo admitido para o certame. Contempla o prazo de execução previsto no edital, subdividido em etapas que estimam o avanço físico mensal esperado e seu correspondente valor financeiro.

5.4.1.1. Quando contratada, a empresa poderá readequá-lo, sujeito à aprovação do contratante.

5.4.2. O Cronograma apresentado pela empresa vencedora do certame deverá ser aprovado pelo MPPR antes da assinatura da Ordem de Serviço. Para tanto, é fundamental que seja construído, desde o procedimento licitatório, em harmonia com os projetos e demais elementos instrutores e leve em consideração, fundamentalmente, a necessidade de se gerar o menor impacto possível ao local e ao entorno. Também deverá levar em consideração eventuais diferenciações nas formas de pagamento de alguns dos serviços, conforme estabelecido nos elementos técnicos instrutores.

5.4.3. A última parcela do cronograma físico-financeiro deverá corresponder obrigatoriamente a no mínimo 11,00% do valor total do contrato.

5.4.4. O MPPR poderá determinar alterações, de forma motivada, no cronograma físico-financeiro mediante autorização expressa de sua autoridade competente.

5.4.4.1. A revisão do cronograma físico-financeiro, quando necessária, constitui responsabilidade do contratado, cabendo ao MPPR autorizar a sua readequação, desde que motivada e justificada por fatos supervenientes não imputáveis ao contratado. Para tanto, o contratado deverá solicitar formalmente à fiscalização, mediante justificativa, até 10 (dez) dias antes da data da fatura prevista.

5.4.5. Mediante parecer favorável da fiscalização, a ordem de execução dos serviços constantes na Planilha Orçamentária (Planilha de Serviços), apresentada no Cronograma Físico-financeiro, poderá ser alterada, desde que mantida uma sequência executiva tecnicamente adequada e que o valor previsto para a referida etapa permaneça o mesmo.

5.4.6. A partir da emissão da Ordem de Serviço, passará a contar o prazo de execução do contrato e, conseqüentemente, de cada uma das etapas conforme Cronograma Físico-financeiro.

## **5.5. DOS MATERIAIS EMPREGADOS**

5.5.1. Quando houver divergência entre as especificações de projeto e as especificações estabelecidas pela fabricante do equipamento e/ou as boas práticas de engenharia, o contratado deverá apontar tais divergências imediatamente à fiscalização. Caso contrário, o contratado se responsabiliza pelos efeitos futuros bem como pelos custos futuros de adequação.

5.5.2. As marcas e produtos referenciados nas plantas, especificações e listas de material admitem substituição por equivalente técnico, se for devidamente comprovado (com ônus para o contratado) o seu desempenho por meio de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceitos pela fiscalização do MPPR. Poderão, ainda, ser solicitados pela fiscalização, amostras de produtos, especificações e laudos técnicos.

5.5.2.1. A equivalência indicada, que deverá ser avaliada antes do fornecimento efetivo, é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia.

5.5.3. Considera-se sempre que o contratado dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

5.5.4. Os materiais a serem empregados nas obras e nos serviços de engenharia executados deverão obedecer, rigorosamente:





5.5.4.1. Às normas e especificações constantes nos elementos técnicos instrutores referentes à respectiva licitação;

5.5.4.2. Às normas e resoluções desta Instituição;

5.5.4.3. Às normas da ABNT;

5.5.4.4. Às disposições legais da União, do Estado do Paraná e do Município onde será executado o objeto;

5.5.4.5. Aos regulamentos das empresas concessionárias;

5.5.4.6. Às prescrições e recomendações dos fabricantes;

5.5.4.7. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

5.5.4.8. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

5.5.5. O contratado deverá apresentar, para aprovação do MPPR, quando requerida, os catálogos, desenhos, diagramas, nomes dos fabricantes e fornecedores, resultados de testes, ensaios, amostras e demais dados informativos sobre os materiais que serão aplicados nas obras ou serviços, de modo que haja perfeita identificação quanto à qualidade e procedência.

5.5.5.1. Os trabalhos mencionados no item acima deverão ser desenvolvidos por laboratórios especializados aprovados pelo MPPR, para efetivo controle de qualidade dos materiais, tornando-se obrigatória a apresentação por parte do contratado do Certificado de Análise.

5.5.5.2. Ainda que determinado material tenha sido aprovado previamente, se restar demonstrada a inadequação do seu desempenho quando empregado na execução do serviço, a fiscalização do MPPR poderá recusá-lo, não permitindo a continuidade da execução da obra/serviço, bem como exigindo a retirada daqueles que foram empregados, a contar do momento da recusa, sem ônus para o MPPR.

5.5.6. A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil dos materiais será do contratado, não podendo este solicitar prorrogações de prazo, nem justificar retardamento da conclusão dos serviços em decorrência do fornecimento deficiente de materiais.

5.5.7. Para a execução eficiente dos serviços, o contratado somente deverá empregar nas obras ou serviços de engenharia pessoal competente e qualificado.

5.5.8. A aceitação dos equipamentos para a execução da obra ou serviços por parte do MPPR, casos os referidos equipamentos se revelem insuficientes e sem condições, não dá ao contratado razões para invocar a sua inadequação no atraso do cumprimento dos prazos e cronogramas de execução.

## **5.6. DO CANTEIRO DE OBRAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.6.1. Os funcionários da empresa poderão utilizar os banheiros e as áreas de convivência cedidas no local pelo MPPR.

5.6.2. A empresa contratada poderá utilizar os recursos existentes no imóvel de água, esgoto e energia, responsabilizando-se pelas ligações necessárias, sempre após a aprovação da fiscalização do MPPR quanto à infraestrutura. Caso haja um aumento de consumo excessivo, que fuja da normalidade, este excedente pode ser repassado à contratada, mediante a compatibilidade com a execução.

5.6.4. Faz-se necessário todo tipo de sinalização de alerta e orientação, bem como interditar o acesso de pessoas estranhas e não autorizadas à obra, de modo a preservar a segurança das pessoas, estando estes serviços incluídos no escopo contratual.

5.6.5. A empresa deverá manter no canteiro, para eventual fiscalização do contratante, listagem atualizada dos trabalhadores contendo nome, função e RG de cada um, bem como, a cópia dos seguintes documentos dos trabalhadores envolvidos na obra:

5.6.5.1. Ficha de registro;

5.6.5.2. Carteira profissional (Páginas: Foto, Qualificação Civil e Registro);





5.6.5.3. ASO – Atestado de Saúde Ocupacional, compatível com as atividades desenvolvidas pelo trabalhador;

5.6.5.4. Certificado de treinamento em segurança no trabalho NR-18 (Instrução de Segurança e Ordens de Serviço específicas por função e genéricas);

5.6.5.5. Certificados de Treinamento para trabalhos específicos. Exemplo: NR35 (trabalhos em altura) e NR33 (trabalho em espaço confinado), quando aplicáveis;

5.6.6. É da competência do contratado manter no canteiro e registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a fiscalização do MPPR, nesse mesmo Diário, confirmar ou retificar o registro.

5.6.7. A limpeza e perfeita organização da área de reforma constituem obrigação do contratado, assim como a limpeza do local após a conclusão dos trabalhos.

5.6.8. Deverão ser observadas pelo contratado todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio do Estado e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho.

## **5.7. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS:**

5.7.1. O pagamento do valor estipulado em contrato será realizado após medições mensais, por parte da fiscalização do MPPR e aprovação da Comissão de Aceite designada para este fim.

5.7.2. A documentação exigida do contratado a ser entregue no processo de pagamento e os critérios de medição dos serviços estão pormenorizados no item 7 "Critérios de Medição e Pagamento" e no Item 11 "Formas, Condições e Prazos de Pagamento" deste Termo de Referência.

## **5.8. DA CONCLUSÃO DA OBRA**

5.8.1. Próximo do término do prazo de execução da obra, a fiscalização realizará a conferência (conforme projetos, normas técnicas e boas práticas de engenharia) avaliando todos os elementos executados.

5.8.2. Caberá ao contratado o ônus de solucionar os problemas apontados pela fiscalização, disponibilizando mão de obra capacitada e especializada e devidamente dimensionada para a execução dos serviços ou correções, dentro do prazo contratual, sob pena não recebimento da obra e demais penalidades cabíveis.

5.8.3. Quando da conclusão da reforma, a empresa deverá efetuar limpeza do local, sem deixar qualquer detrito do material utilizado ou ocorrido com a execução dos trabalhos, devendo o local e suas adjacências estar em perfeito estado para utilização imediata;

## **5.9. RECEBIMENTO DA OBRA**

5.9.1. Executado o contrato o seu objeto será recebido:

5.9.1.1. Provisoriamente, pelo fiscal do contrato ou por comissão formada para tal fim, quando da conclusão da obra / serviço, mediante Termo de Recebimento Provisório, emitido em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, com duração máxima de 3 (três) meses.

5.9.1.2. Definitivamente, pela Comissão de Aceite, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes e pelo usuário, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.9.2. Será emitida Notificação Técnica anterior ao Termo de Recebimento Provisório ou Definitivo sempre que a reforma não apresentar condições de aceitação. A notificação irá caracterizar os vícios, defeitos e incorreções constatados e determinar prazo para saneamento.

5.9.2.1. Decorrido o prazo fixado, os responsáveis procederão nova verificação objetivando o recebimento, que somente será lavrado quando a obra apresentar perfeitas condições.



5.9.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança da obra, assim pelos materiais, como não a exime da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.9.4. Para o recebimento definitivo, o contratado deverá entregar ao contratante, conforme o caso, os seguintes documentos:

5.9.4.1. Certidão negativa de débito (CND/INSS) sobre a regularidade fiscal da obra inscrita no CNO, em plena validade;

5.9.4.2. Certidão negativa do FGTS em plena validade;

5.9.4.3. Termos de garantia das instalações e dos equipamentos, se aplicável;

5.9.5. O recebimento definitivo da obra somente poderá ocorrer após a entrega de toda a documentação final da obra.

5.9.6. Na hipótese de o recebimento provisório e definitivo não ocorrerem dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, consumando-se no dia do esgotamento dos respectivos prazos.

5.9.7. No momento da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, poderá ser emitido Atestado de Capacidade Técnica ao Responsável da obra.

## **5.10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

5.10.1. O contratado deverá atender rigorosamente ao disposto no contrato e será responsável pela segurança, eficiência e adequação dos métodos, mão de obra, materiais e equipamentos utilizados na execução da obra, bem como deverá atender às normas técnicas definidas pela Associação Brasileira de Normas

Técnicas (ABNT).

5.10.2. O contratado deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, reconstruir, substituir, demolir ou refazer quaisquer partes da obra ou serviços que, a juízo da fiscalização, não tenham sido executadas de acordo com o estipulado no contrato.

5.10.3. O contratado também se obriga a:

5.10.3.1. Apresentar, previamente à assinatura do contrato, o Cronograma Físico-Financeiro de execução da obra para aprovação do MPPR.

5.10.3.2. Assegurar, durante todo o período de execução da obra, proteção e conservação dos serviços executados – mesmo após seu recebimento e pagamento.

5.10.3.3. Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, independentemente das penalidades cabíveis;

5.10.3.4. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção do local da obra a qualquer dia ou hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados por esta, pertencam seus fiscalizadores ao MPPR ou a terceiros por estes credenciados;

5.10.3.5. Zelar pela integridade dos bens vinculados às atividades de obra e/ou serviços;

5.10.3.6. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

5.10.3.7. Ser responsável pela conservação e manutenção dos equipamentos instalados em pleno funcionamento até a entrega definitiva da obra;

5.10.3.8. Manter atualizados os dados do representante legal e da empresa;

5.10.3.9. Prover recursos e controlar para que todos os funcionários se apresentem ao trabalho com uniformes identificados com a logomarca da empresa e portando os equipamentos de proteção individual obrigatórios.

5.10.3.10. Fornecer à fiscalização do MPPR os dados técnicos de qualquer elemento ou instalação que, por motivos diversos, tenha sofrido modificação durante os serviços.



5.10.3.11. Manter no local da obra, em período integral e durante todo o prazo de execução dos serviços, o profissional Residente Técnico responsável, com registro regular no CREA-PR (ou conselho competente), com quem a fiscalização se reportará sobre os assuntos relativos à execução da obra, salvo aqueles que por sua natureza devam ser tratados com o Responsável Técnico ou ainda com o Representante Legal, fornecendo todas as informações e elementos necessários.

5.10.3.12. Manter sob os cuidados de seu preposto, o diário de obras para anotações e registros pertinentes.

5.10.4. Correrá por conta exclusiva do contratado a responsabilidade por quaisquer acidentes decorrentes da execução das obras e serviços, uso indevido de patentes registradas e, ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer outra causa, a destruição ou dano da obra até sua definitiva aceitação pelo MPPR, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

## **5.11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

5.11.1. Exigir, através de sua equipe de fiscalização, o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o Edital e este Termo de Referência.

5.11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado.

5.11.3. Permitir o acesso da equipe técnica do contratado aos locais de execução da obra – ou aos locais onde se localizem equipamentos da Instituição que, por exigência do objeto, precisem ser acessados – colaborando para a tomada de medidas necessárias à plena prestação dos serviços, exigindo sempre a carteira de identificação funcional.

5.11.4. Não permitir que pessoas da Instituição não autorizadas (ou terceiros) tenham acesso aos locais da obra ou da prestação dos serviços inerentes ao objeto.

5.11.5. Não permitir depósito de equipamentos e materiais alheios à execução do objeto, conservando livres as escadas, vias de acesso e rotas de fuga.

5.11.6. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo contratado e pertinentes ao objeto do presente contrato.

5.11.7. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

5.11.8. Aplicar ao contratado as sanções previstas neste Termo de Referência, na lei e no ato convocatório.

5.11.9. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.11.10. Determinar, a seu critério, a paralisação da obra quando julgar que as condições mínimas de segurança e higiene do trabalho não estão sendo observadas pelo contratado – este procedimento não servirá como justificativa para eventuais atrasos.

5.11.11. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento ao contratado da(s) fatura(s) referentes às parcelas já medidas do cronograma físico-financeiro.

5.11.12. Receber o objeto, através de sua equipe de fiscalização e Comissão de Aceite, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais instrumentos convocatórios do certame.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. A execução do objeto será acompanhada por membros de Comissão de Aceite (designados especificamente para este fim) e fiscalizada por equipe técnica do Departamento de Engenharia



e Arquitetura – DEA, também denominada neste documento de “fiscalização do MPPR”, subordinada à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos – SUBADM.

6.1.1. Caberá à Comissão de Aceite, por meio de emissão de Termo de Aceite (ou Recebimento), a autorização do pagamento de cada uma das etapas/parcelas da obra, bem como para o Recebimento Definitivo do objeto executado.

6.2. Alterações de escopo ou de execução de serviços em canteiro somente poderão partir da fiscalização do MPPR e somente serão formalizadas após autorização da SUBADM, sendo de inteira responsabilidade do contratado qualquer modificação não prevista e/ou não autorizada.

### **6.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

6.3.1. O MPPR fiscalizará a obra por seus agentes, a fim de garantir integral cumprimento e observância das normas técnico-administrativo-legais regentes dos contratos firmados.

6.3.2. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo MPPR, que realizará o controle e a avaliação dos bens fornecidos (e dos serviços prestados), bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6.3.3. Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento. Todos os assuntos discutidos e decisões tomadas em reuniões do MPPR com o contratado, serão registradas em atas, que servirão de documento legal dos serviços e permitirão gerenciar as

responsabilidades por tarefas específicas. As atas serão lavradas e assinadas pelos participantes.

6.3.4. Caberá à fiscalização sanar as dúvidas e os impasses surgidos, quando do desenvolvimento dos serviços com a contribuição do profissional responsável técnico.

6.3.5. A presença da fiscalização para acompanhamento não diminuirá a responsabilidade técnica e legal do contratado, com relação as soluções adotadas e execução dos serviços.

6.3.6. Caberá à fiscalização avaliar mensalmente o desempenho do contratado via RVO – Relatório de Vistoria de Obra, que será encaminhado juntamente com cada fatura, como condição de liberação do pagamento.

6.3.6.1. Em caso de identificação de problemas ou de recorrência de baixo ritmo de obra, este será encaminhado para a Administração Superior do MPPR para providências legais, após a emissão de Notificação Técnica para ciência do contratado.

6.3.6.2. Ao final da obra, a emissão do Atestado de Capacidade Técnica (para fins de acervo) será baseada nos RVOs emitidos.

6.4. A equipe de gestão e fiscalização dos serviços será composta pelos seguintes profissionais:

6.4.1. Roberta Santos Leopoldino Plummer – Gestora do contrato;

6.4.2. Renan Artur Gabardo – CREA/PR 132.845/D e Thiago Felipe Demio Manzi CAU/PR A136317-4 Fiscais do contrato.

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

7.1. O pagamento do valor estipulado em contrato será realizado por faturas MENSAIS, após medição e liberação por parte da fiscalização e Comissão de Aceite designada para esse fim, sendo que o valor medido dos serviços executados deverá estar em consonância com o planejamento estipulado no cronograma físico-financeiro vigente.

7.1.1. A cada medição ou vistoria, os serviços executados serão examinados, rejeitando-se aqueles que não satisfaçam às exigências legais e técnicas, não atendam às necessidades ou contrariem os projetos ou especificações.

7.1.2. Caberá à fiscalização avaliar qualitativa e quantitativamente os serviços executados e irá proceder à verificação unitária dos serviços, para instrução do pagamento mensal.



7.1.3. Os serviços executados serão medidos em função das unidades de serviços efetivamente executadas, mediante cálculo aritmético de multiplicação das quantidades executadas pelos seus respectivos preços unitários, previamente definidos na Planilha de Serviços.

7.1.4. Prevalecerão as quantidades reais, devendo as quantidades de serviços serem suprimidos ou acrescidas conforme tenham sido estimadas a maior ou a menor na Planilha de Serviços.

7.2. Como condição para liberação de qualquer uma das faturas, o contratado deve apresentar:

7.2.1. NOTA FISCAL – emitida em nome do órgão pagador, contendo endereço e CNPJ conforme especificados na cláusula contratual "Dos Pagamentos", com indicação do valor total, a respectiva parcela, o tipo de serviço, o local, o número de contrato, a respectiva data de assinatura e o número do Cadastro Nacional de Obras – CNO.

7.2.1.1. No caso de a empresa optar por retenção dos encargos previdenciários, deverá ser especificado no corpo da Nota Fiscal o desmembramento dos materiais e da mão-de-obra, com o destaque "Nota Fiscal sujeita à retenção de encargos previdenciários, conforme Instrução Normativa emitida pelo INSS".

7.2.2. FATURA DISCRIMINATIVA – com todos os dados da empresa, o objeto executado, a parcela conforme o cronograma vigente, o valor da parcela, bem como a fonte pagadora.

7.2.3. PLANILHA DE MEDIÇÃO – Assinada, apresentada no padrão do MPPR com o valor relativo à parcela faturada, em concordância com o cronograma físico-financeiro vigente;

7.2.4. ADITIVOS DE CONTRATO – Cópias de todos os termos aditivos ao contrato, firmados até a data do faturamento, se houver;

7.2.5. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – Cópia do cronograma vigente (formalmente aprovado pelo MPPR), assinado pelo Responsável Técnico da obra.

7.2.6. PROVA DE PAGAMENTO DO PESSOAL – Folha de pagamento ou outro comprovante de pagamento, assinado pelos funcionários e devidamente autenticada nas formas admitidas em Lei, referente ao período de medição;

7.2.7. PROVA DE RECOLHIMENTO JUNTO AO INSS – Recolhimentos vinculados ao CNO da obra, devidamente autenticado nas formas admitidas em lei; e Guia de Recolhimento Social – GPS, referente ao período de medição;

7.2.8. PROVA DE RECOLHIMENTO JUNTO AO FGTS – Recolhimentos vinculados ao CNPJ da Empresa, devidamente autenticado nas formas admitidas em Lei; e Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP e Informações à Previdência Social, referente ao período de medição;

7.2.9. CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS – CRF Certidão Negativa de Débitos da Empresa junto ao FGTS, em plena validade;

7.2.10. CERTIDÕES NEGATIVAS DE TRIBUTOS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da empresa, em plena validade;

7.2.11. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT, conforme Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011;

7.2.12. RELATÓRIO DE VISTORIA DE OBRA (RVO) – Cópia emitida pela fiscalização mensalmente, assinado pelo Responsável Técnico da obra;

7.2.13. DIÁRIOS DE OBRA - Diários preenchidos e assinados;

7.2.14. ENSAIOS/TESTES/LAUDOS – Inerentes a serviços realizados durante o período da medição, quando houver;

7.2.15. No que couber, atender também às exigências constantes do Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, a saber:

7.2.15.1. Notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de madeira, acompanhadas de declaração de emprego apenas de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa, acompanhadas dos seguintes documentos que deverão ser entregues ao contratante, por





intermédio do responsável pelo recebimento das obras ou serviços de engenharia executados, em face do que estabelece o artigo 46, da Lei federal n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998:

7.2.15.2. Original da primeira via da (s) ATPF - Autorização de Transporte de Produtos Florestais expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

7.2.15.3. Comprovante de que o(s) fornecedor(es) dos produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa encontra(m)-se cadastrado(s) no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

7.3. Somente na PRIMEIRA FATURA, apresentar também:

7.3.1. DOCUMENTOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), devidamente assinados e quitados, de todos os profissionais designados durante a fase licitatória (ou formalmente substituídos);

7.3.2. CNO DA OBRA – aberta junto à Receita Federal após a assinatura do contrato.

7.3.3.1. Independentemente de a obra ser de construção, reparos ou melhorias, o documento deverá ser emitido, salvo para obras de reparos de pequeno valor que não ultrapasse o valor de 20 (vinte) vezes o limite máximo de contribuição do INSS e os demais possíveis casos dispensados na forma da lei. Os recolhimentos ao INSS deverão ser obrigatoriamente feitos conforme instrução normativa emitida pela Receita Federal.

7.4. Na ÚLTIMA FATURA, apresentar também (no que couber):

7.4.1. TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO devidamente assinado pelos membros da Comissão de Recebimento da Obra;

7.4.2. CND – Certidão Negativa de Débitos do INSS referente à obra objeto do contrato;

7.4.3. CADERNO DE LAUDOS E ENSAIOS – Contendo eventuais laudos, testes e ensaios realizados durante a obra.

7.5. Somente a comprovada impossibilidade técnica, administrativa ou legal de obtenção e apresentação dos documentos relacionados nos itens anteriores, justificada por escrito pelo contratado, motivará exceção, ainda assim condicional, aos requisitos de pagamento, sendo definida nova data para atendimento, devidamente justificado por escrito pelo contratante.

7.5.1. A comprovada infringência de disposição de contrato implicará retenção de pagamento, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

7.6. Formas, Condições e Prazos de Pagamento.

7.6.1. Pagamento da Administração Local:

7.6.1.1 Conforme recomendação do Acórdão nº 2622/2013-TCU-Plenário, a Administração Local será paga de forma proporcional à execução financeira da obra.

7.6.1.2. O valor a ser pago no respectivo mês será calculado pela divisão do somatório dos itens executados no período da medição (exceto o item referente à Administração Local) dividido pelo somatório dos itens da planilha (exceto o item referente à Administração Local).

7.6.1.3. No caso de antecipação do prazo previsto no cronograma, o valor estimado será integralmente pago à contratada. No caso de atraso na execução do cronograma, por responsabilidade da contratada, não caberá qualquer complementação dos valores de despesas administrativas.

7.6.1.4. Caso ocorram aditivos que ampliem ou reduzam o valor total do contrato, o valor a ser pago a título de despesas administrativas não será automaticamente alterado em proporção ao valor contratual. O custo com despesas administrativas, nessas circunstâncias, somente poderá ser modificado após revisão do cronograma físico-financeiro que demonstre inequivocamente que as alterações promovidas implicam em alteração na duração dos serviços.

7.6.2. A cada medição ou vistoria, os serviços executados serão examinados, rejeitando-se aqueles que não satisfaçam às exigências legais e técnicas, não atendam às necessidades ou contrariarem os projetos ou especificações.





7.6.3. Só serão aceitos materiais/equipamentos instalados na obra.

7.6.3.1. Entende-se por instalados os materiais que não estejam depositados na obra, que estejam fixados em seu devido local.

7.6.4. Cabe à fiscalização avaliar qualitativa e quantitativamente os serviços executados.

7.6.5. O contratado deverá notificar o contratante, quando os serviços previstos para a etapa forem cumpridos integralmente, para que no prazo de 10 (dez) dias úteis seja constatado "in loco" pela fiscalização do MPPR a sua efetiva realização, a qual deverá autorizar (ou não) o processo de pagamento e consequente emissão de fatura.

7.6.5.1. Caso o processo de pagamento não seja autorizado, caberá nova solicitação de medição, sendo que o prazo para conclusão da etapa continuará sendo o firmado na Ordem de Serviço, sendo incidida no valor da parcela a cobrança de multa conforme previsão em contrato, até que se cumpra o previsto no Cronograma físico-financeiro para a parcela.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

8.1. A equipe técnica deverá ser composta, no mínimo, pelo profissional listado abaixo:

8.1.1. 01 (um) profissional **graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura** ou outra habilitação suficiente, devidamente habilitado e registrado no CREA, CAU ou outro conselho competente, a ser designado como Responsável Técnico pela execução da obra, pertencente ao quadro da empresa.

8.2. Para cumprimento das prerrogativas técnicas de habilitação e execução as proponentes devem apresentar a documentação detalhada nos requisitos técnicos de contratação apontados abaixo, conforme apontado no edital, sob pena de **desclassificação**.

8.2.1. Apresentar **Declaração de Vistoria/Conhecimento das Condições Físicas do Local**, firmada pela contratante, comprovando esta, por intermédio de seu responsável, que vistoriou previamente o local onde serão executados os serviços, ou que declarou ter pleno conhecimento das condições físicas do local, dispensando a necessidade de vistoria "in loco".

8.2.1.1. Deve ser apresentada conforme modelo constante no link.

8.2.1.2. A vistoria técnica terá por finalidade:

8.2.1.2.1. Conhecimento das condições locais onde serão realizados os serviços, para efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias para a correta elaboração de sua proposta, bem como para solicitação de outros esclarecimentos afetos a visita que se julgarem necessários;

8.2.1.2.2. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento das condições locais pertinentes à execução do objeto não serão argumentos válidos para reclamações futuras, nem desobrigam a execução do serviço. Todas as ocorrências pertinentes ao escopo dos serviços serão de responsabilidade da contratada.

8.2.1.2.3. A vistoria, se realizada pela empresa, deverá ser feita com acompanhamento de representante do MPPR e deverá ser agendada com o(a) servidor(a) Loreni Maria Justen Reami pelo telefone (45) 3304-4645.

8.2.1.2.4. A Declaração deverá ser assinada pelo representante do MPPR, em caso de vistoria "in loco", pelo responsável técnico designado ou representante da empresa, com habilitação técnica em engenharia, que possua registro regular no Conselho competente.

8.2.1.2.5. Em caso de vistoria "in loco", como há a necessidade de visto por parte de representante do MPPR, a empresa deverá trazer a Declaração impressa e devidamente preenchida.



8.2.2. Apresentar **Declaração referente ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil** e da utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal.

8.2.2.1. Deve ser apresentada conforme modelo.

8.2.2.2. No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a empresa deverá executar a obra/serviço de acordo com a resolução do CONAMA nº307, de julho de 2002 e com a legislação pertinente do município onde ela será construída.

8.2.2.3. A contratada fica obrigada a utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal, conforme decreto Estadual nº 4.889, de 31 de maio de 2005.

8.2.3. Apresentar **Declaração de Responsabilidade Técnica** conforme estabelecido na composição técnica.

8.2.3.1. Deve ser apresentada conforme modelo.

8.2.3.2. Refere-se ao compromisso de participação pessoal técnico nomeado pela empresa, no qual declarem que participarão, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto deste contrato, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização do MPPR.

8.2.3.3. Na formulação da Declaração deve-se excluir da Declaração a Legislação Federal que não seja referente ao conselho em que o profissional seja inscrito.

8.2.3.3.1. Manter Lei Federal Nº 5.194/66 para Engenheiros.

8.2.3.3.2. Manter Lei Federal Nº 12.378/10 para Arquitetos.

8.2.3.4. Em caso de haver um segundo responsável técnico pela mesma obrigação, ou seja, como corresponsável, este deverá constar na declaração e apresentar mesma habilitação técnica. Não será admitido acréscimo de corresponsabilidade após a contratação.

8.2.3.5. Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, a qualquer tempo, deverá ser protocolado pedido formal à fiscalização juntamente a declaração solicitada e documentação de qualificação equivalente ou superior a exigida no certame, conforme parágrafo 10 do artigo 76 da Lei Estadual Nº15.608/07

8.2.3.6. A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante a apresentação de declaração em que o responsável técnico designado assumo o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa (quando firmada a contratação do presente objeto), apresentação de cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Certidão do CREA (ou de outra entidade competente) ou Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT.

8.3. Documento comprobatório de registro junto ao CREA/CAU:

8.3.1. Para demonstração de registro da **empresa** deve-se apresentar **Certidão de registro** ou **inscrição** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), comprovando a situação da contratada, na forma da legislação vigente.

8.3.2. Para demonstração de registro **profissional** deve-se apresentar **Certidão de registro** ou **inscrição** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), comprovando a situação dos Responsáveis Técnicos, na forma da legislação vigente.

8.4. Apresentar sua proposta de preços através da **Folha de Fechamento**, conforme modelo constante nos Elementos Instrutores.



8.4.1. Na Folha de Fechamento modelo constam as informações da obra, as quais não devem sofrer alterações.

8.4.2. Os únicos campos editáveis estão sinalizados em amarelo, os quais são:

8.4.2.1. Dados da Empresa

8.4.2.2. Percentual de BDI – Bônus de Despesas Indiretas para serviços e equipamentos, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço.

8.4.2.3. O BDI Referencial utilizado para estabelecer o preço máximo deste certame está estipulado conforme a Planilha de BDI Referencial, constante nos elementos instrutores.

8.4.2.4. A composição do BDI é de responsabilidade da empresa, portanto fica facultado a empresa alterar ou não o valor indicado.

8.4.2.5. Em caso de alteração é obrigatória a apresentação da composição de sua taxa de BDI com base em fórmula apresentada no Modelo da Planilha para Cálculo de BDI.

8.4.2.6. Caso a empresa não altere o valor e não apresente a composição do BDI, considerar-se-á que adotou o BDI Referencial constante nos Elementos Instrutores deste Edital.

8.4.2.7. Percentual de Desconto proposto pela empresa, sendo o valor (em reais) calculado automaticamente.

8.4.3. O percentual de desconto deverá ser preenchido com até 2 (duas) casas após a vírgula.

8.4.4. Ao apresentar a Folha de Fechamento, a empresa declara concordar com todos os serviços, quantidades e preços da planilha de orçamento referencial constante nos Elementos Instrutores, aplicando sobre eles, de forma linear, o seu percentual de desconto.

8.4.5. A Folha de Fechamento deve ser assinada pelos Responsáveis Legal e Técnico. Para o último deve-se constar o número do registro do conselho de classe profissional (CREA, CAU, etc.).

8.4.6. Não serão aceitas propostas com valor superior ao preço máximo admitido.

8.4.7. Os preços unitários estabelecidos nos contratos incluem todos os custos e despesas necessários à perfeita execução do seu objeto.

8.4.8. A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas com mão de obra para a prestação dos serviços objeto deste certame, tais como encargos sociais, fiscais, administrativos e trabalhistas, impostos, taxas, despesas com transporte, prêmios de seguro e de acidente de trabalho, estado do pessoal encarregado da execução dos serviços e quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, incidentes, excluindo a Administração de qualquer solidariedade.

8.4.9. Somente serão aceitos valores com, no máximo, duas casas após a vírgula.

8.4.10. Os encargos sociais sobre os custos da mão de obra horista utilizados como referência são os constantes da Planilha de Encargos Sociais sobre Custos da Mão de Obra Horista (com desoneração).

**8.5. DOS REQUISITOS TÉCNICOS – COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:**  
Para cumprimento das prerrogativas técnicas referentes ao objeto, o licitante convocado a apresentar os documentos de habilitação deverá entregar, no prazo e termos estipulados no edital do certame, os documentos a seguir.

8.5.1. Atestados de responsabilidade técnica, em nome do licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, com comprovação de ter executado:

8.5.2. Obra de reforma de edificação de no mínimo 250,00m<sup>2</sup> que inclua os serviços de pintura e instalações elétricas de baixa tensão.

**8.6. DOS REQUISITOS TÉCNICOS – COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:**  
Conforme estabelecido no §4º do art. 468 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, para cumprimento das prerrogativas técnicas referentes ao objeto, o licitante convocado a apresentar os



documentos de habilitação deverá entregar, no prazo e termos estipulados no edital do certame, os documentos a seguir.

8.6.1. Acervo de Responsabilidade Técnica - Deverá ser apresentado, no mínimo, um acervo técnico (Certidão de Acervo Técnico acompanhada de Atestado de Capacidade Técnica) do profissional designado pelo licitante, devidamente cancelado pelo CREA e/ou pelo CAU (ou outra entidade competente), como comprovação da experiência em execução de serviços similares, conforme itens 8.6.1.1.

8.6.1.1. Obra de reforma de edificação de no mínimo 250,00m<sup>2</sup> que inclua os serviços de pintura e instalações elétricas de baixa tensão.

8.6.1.2. À luz do Art. 468 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, os atestados mencionados no caput deste item deverão ser acompanhados de certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais responsáveis técnicos pela obra ou serviço de engenharia ao qual o atestado fizer referência.

8.6.1.3. Não será admitida a soma de atestados de capacidade técnica para que seja comprovada a habilitação técnica da licitante, uma vez que a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão não capacita, necessariamente, a licitante (ou o profissional) para a execução do porte do presente objeto. **Esclarece-se que poderão ser apresentados atestados diversos para os diferentes itens, apenas a soma num mesmo item que não será possível.**

8.6.2. Em caso de divergência entre as informações apresentadas nos diversos documentos, prevalecerá aquela constante da Certidão de Acervo Técnico em detrimento das constantes no Atestado de Capacidade Técnica.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. Os recursos orçamentários serão indicados pelo Departamento Financeiro no SEI nº 19.19.9193.0029836/2025-14.

9.2. As despesas com a obra de reforma em Cascavel estão contempladas na Lei Orçamentária Anual – LOA/2025 do MPPR, no elemento de despesa 3390.3916 – Manutenção e Conservação de bens Imóveis, no Item 731 do Plano Anual de Contratações 2025.

## **10. PARCELAMENTO DO OBJETO**

10.1. A execução da reforma deverá ser licitada como objeto indivisível (sem parcelamento do objeto), de modo que seja feita por uma única empresa responsável. A indivisibilidade do objeto é justificável através dos elementos técnicos instrutores (projeto), pois condizem com um escopo de não-parcelamento – uma eventual divisão (ou descentralização) das responsabilidades na execução do objeto poderia comprometer o resultado da obra, por dificultar a verificação e atribuição de responsabilidades; ou o controle sobre a execução contratual. Ainda, a reforma abrange uma diversidade de serviços com estreita relação entre si, e a unificação em um único contrato permite a mínima interferência no cotidiano do MPPR e facilita a organização, a logística e a fiscalização da obra, considerando que o edifício permanecerá em uso.

## **11. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

11.1. A contratação não será exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, em razão de extrapolar o limite do valor estabelecido no inciso I, do art. 48, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 e em razão de não ser viável o parcelamento em lotes, tendo em vista o objeto não ser divisível.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. O contratado é responsável pelos danos causados decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, com sanções aplicadas conforme Edital.

12.2. A qualquer tempo, a fiscalização do MPPR poderá emitir Notificação Técnica sobre inconformidades detectadas na execução/encaminhamento dos serviços, sendo o contratado obrigado a respondê-la formalmente e sanar o problema dentro do prazo estipulado no documento.

### **13. DEMAIS ELEMENTOS**

#### **13.1. ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES DA PRESENTE LICITAÇÃO:**

13.1.1. A obra a ser executada deverá estar estritamente em concordância com os elementos instrutores desta licitação, a saber:

13.1.1.1. Projeto Geral dos serviços;

13.1.1.2. Projeto das revisões da parte elétrica;

13.1.1.3. Modelo de Folha de Fechamento (apresentação do desconto proposto) para a empresa;

13.1.1.4. Planilha de BDI Referencial (para Serviços e Equipamentos);

13.1.1.5. Planilha-Resumo Referencial (preços máximos admitidos no certame);

13.1.1.6. Planilha Orçamentária de Referência (quantidade e preços unitários máximos admitidos no certame);

13.1.1.7. Planilha de Composições Complementares;

13.1.1.8. Planilha de Cotações Complementares;

13.1.1.9. Planilha de Curva ABC Referencial;

13.1.1.10. Modelo de Cronograma físico-financeiro;

13.1.1.11. Composição de Encargos Sociais Básicos

13.1.1.12. Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica;

13.1.1.13. Modelo de Declaração referente ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;

13.1.1.14. Modelo de Declaração de Vistoria – Conhecimento das Condições Físicas do Local;

13.1.2. A maior parte dos arquivos está disponibilizada em formato PDF. Para a empresa vencedora do certame, poderá ser disponibilizado o jogo de elementos técnicos disponíveis em outros formatos.

13.1.3. Considera-se este Termo de Referência como parte integrante dos Elementos Técnicos Instrutores do certame.

13.1.4. Os anexos do Termo de Referência nº 96/2025 constam no [Link do Google Drive.](#)

#### **13.2. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA:**

13.2.1. Os profissionais nomeados na fase de habilitação técnica do certame deverão participar dos serviços objeto desta licitação, de acordo com o disposto no § 6.º do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e atos normativos dos respectivos conselhos profissionais.

13.2.2. O contratado deverá apresentar a ART do CREA (ou documento correspondente de outro Conselho competente), acompanhadas do comprovante de pagamento do referido documento até a data da assinatura do Contrato.

13.2.2.1. Deverá ser registrada a ART, conforme preceitua a legislação vigente, em nome do Responsável Técnico constante da Declaração de Responsabilidade Técnica, indicado na habilitação técnica do certame.

13.2.2.2. Caso os Profissionais indicados sejam corresponsáveis, o contratado deverá providenciar as ARTs complementares para os profissionais, instituindo a corresponsabilidade técnica na execução dos serviços. As ARTs deverão corresponder às atividades que serão exercidas pelos profissionais, limitadas ao respectivo grau de responsabilidade.

13.2.3. A substituição do responsável técnico somente poderá ocorrer mediante prévia autorização por escrito do contratante, devendo o novo responsável técnico atender às exigências editalícias.



13.2.4. Exige-se para a Administração da Obra que a equipe descrita nos itens da Planilha de Serviços cumpra as prerrogativas de cada cargo, conforme carga horária mínima estipulada.

13.2.4.1. Quaisquer diferenciações do estipulado, por interesse ou conveniência do contratado, como horas extra, licença, aumento de jornada de trabalho etc. são de responsabilidade do contratado, sem ônus ao contratante.

13.2.4.2. O contratado pode realizar aumento de equipe de Administração de Obra, conforme seu interesse ou exigência legal ou normativa. No entanto não haverá revisão ou alteração na composição ou quantificação destes itens, dentro do valor mensal estabelecido.

13.2.4.3. Fica estabelecido que, para quaisquer alterações contratuais de responsabilidade do contratado e seus fornecedores que requeiram aumento de prazo, deverão se manter as condições de equipe técnica descrita no item de Administração de Obra, sob sua responsabilidade, sem ônus ao contratante.

13.2.5. A fiscalização poderá exigir, a qualquer momento, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de qualquer serviço técnico específico a ser executado e que esteja sob responsabilidade de empresas subcontratadas.

#### **14. DECRETO ESTADUAL Nº 10.086, DE 2022**

14.1. O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 10.086, de 2022.

Curitiba, 24 de novembro de 2025

**Renan Artur Gabardo**

Eng. Civil – CREA PR 132845/D  
DIOBRA/DEA

**Raphael Elias dos Santos**

Engenheiro Civil – CREA PR 142560/D  
Chefe DIOBRA/DEA

**Henrique Terniowicz**

Diretor – DEA





## **MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação da licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA para os devidos fins, sob as penas da Lei que:

### **1. CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA AO EDITAL**

Cumpre plenamente com todos os requisitos de habilitação e concorda em sua plenitude com o Edital e seus Anexos.

### **2. ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

Em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outra participante potencial ou de fato da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90101/26-MP/PGJ**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outra participante potencial ou de fato da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90101/26-MP/PGJ**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outra participante potencial ou de fato da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90101/26-MP/PGJ** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outra participante potencial ou de fato da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90101/26-MP/PGJ** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Ministério Público do Estado do Paraná antes da abertura oficial das propostas; e,
- f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

### **3. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos<sup>1</sup>.

( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz<sup>2</sup>.

### **4. INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

<sup>1</sup> As atividades proibidas aos menores de 18 anos estão listadas no Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, ressalvando as normas contidas nos artigos 428 e seguintes da CLT acerca do contrato de aprendizagem.

<sup>2</sup> Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



## 5. REGULARIDADE

Nos termos da Resolução nº 037, de 28 de abril de 2009, alterada pela Resolução nº 172, de 04 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que:

( ) os sócios desta empresa, não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos Membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

OU

( ) os sócios desta empresa, são cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos Membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificado(s):

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão de Lotação: \_\_\_\_\_

Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

Para fins do disposto no inciso IV do artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. RESERVA DE CARGOS

Para fins do disposto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

## 7. CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA AO CÓDIGO DE ÉTICA DO MPPR

([https://apps.mppr.mp.br/external/licitacao/CodigodeEtica\\_MPPR](https://apps.mppr.mp.br/external/licitacao/CodigodeEtica_MPPR))

Li e estou ciente e de acordo com as normas, condutas e práticas estabelecidas no Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e comprometo-me a respeitá-las e cumpri-las integralmente.

Assumo a responsabilidade de reportar ao fiscal/gestor do Contrato qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com o estabelecido pelo referido Código.

A assinatura do presente termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, condutas e práticas estabelecidas pelo Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

## 8. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO COM A LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS

Declaramos que, todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos por nossa



empresa que necessitem de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias), terão o descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

#### **9. ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS**

Para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Por ser verdade, firmo a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo e Assinatura do Representante Legal



**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(timbre ou identificação da licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos na Concorrência Eletrônica n.º 90101/26, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188/2021.

DECLARA ainda:

**1.** Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

**2.** Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o artigo 3º, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Por ser verdade, firmo a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo e Assinatura do Representante Legal



### **MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA** QUE CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, DORAVANTE DENOMINADO CONTRATANTE, INSCRITO NO CNPJ/MF Nº 78.206.307/0001-30, COM SEDE NO EDIFÍCIO AFFONSO ALVES DE CAMARGO, NA RUA MARECHAL HERMES, Nº 751, CENTRO CÍVICO, NESTA CAPITAL, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DOUTOR CLÁUDIO FRANCO FÉLIX, E A EMPRESA XXXXX, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB Nº XXXXXXXX, ESTABELECIDA NA XXXXX, Nº XXXXX, XXXXX, NESTE ATO REPRESENTADA POR XXXXXXXX, INSCRITO NO CPF Nº XXXXXXXX, PORTADOR DO RG Nº XXXXXXXX, TENDO EM VISTA O RESULTADO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90101/26, RESPALDADO NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, E NO DECRETO ESTADUAL Nº 10.086/2022, MEDIANTE AS CLÁUSULAS SEGUINTE:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO**

A execução de obra licitada obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Concorrência Eletrônica Nº 90101/26 que, independentemente de transcrição, fazem parte e complementam este contrato:

Edital da Concorrência Eletrônica Nº 90101/26 com todos os seus Anexos.

Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem como objeto a Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de reforma na área que abriga a Sede do Ministério Público do Estado do Paraná, no Fórum da comarca de Cascavel, de acordo com as especificações contidas no Instrumento Convocatório do Concorrência Eletrônica Nº 90101/26 e seus Anexos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS**

**3.1.** O prazo de execução para conclusão dos serviços é de 3 (três) meses, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço (OS) a ser emitida pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura – DEA.

**3.2.** Quando da emissão da OS, será também agendada a Reunião Inaugural, em local a definir, para apresentação da equipe técnica do MPPR e da empresa contratada, entrega do material/elementos técnicos e esclarecimentos quanto aos serviços.

**3.2.1.** Na Reunião Inaugural é indispensável a presença de todos os Responsáveis Técnicos da obra, designados no procedimento licitatório.



**3.2.2.** Para a Reunião Inaugural, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos constantes no item 5.2.4. e seguintes do Anexo I ao Edital da Concorrência Eletrônica nº 90101/26.

**3.3.** A vigência se inicia com a assinatura do contrato e se encerra após 6 (seis) meses contados a partir do término do prazo de execução.

**3.3.1** No prazo de vigência persiste a relação contratual relativa a pagamentos, aprovações pendentes e outras demandas fora dos limites da atuação da Administração e da CONTRATADA.

**3.4.** Os prazos de início, de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos motivos listados no item 4.4.4 do Anexo I ao Edital da Concorrência Eletrônica nº 90101/26, devidamente atuados no processo.

**3.5.** A CONTRATADA deverá informar a fiscalização acerca de eventual necessidade de aditamento contratual, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias anteriores ao término do prazo para conclusão da obra. Eventuais atrasos na execução da obra em razão da análise de aditivos pleiteados sem tempo hábil para análise pelo CONTRATANTE serão de responsabilidade da CONTRATADA.

**3.5.1.** Toda solicitação de prorrogação de prazo (ou de suspensão de contrato) deverá ser efetivada dentro do período de execução do contrato, bem como toda solicitação de prorrogação da vigência contratual deverá ser efetivada durante sua vigência, aplicando-se, entretanto, o artigo 111 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 410 do Decreto Estadual nº 10.086/2022. As solicitações devem ser devidamente justificadas e previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, em ambos os casos, conforme item 4.4.5.1 do Anexo I ao Edital da Concorrência Eletrônica nº 90101/26.

**3.6.** Executado o contrato, seu objeto será recebido:

**3.6.1.** Provisoriamente, pelo fiscal do contrato ou por comissão formada para tal fim, quando da conclusão da obra / serviço, mediante Termo de Recebimento Provisório, emitido em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, com duração máxima de 3 (três) meses.

**3.6.2.** Definitivamente, pela Comissão de Aceite, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes e pelo usuário, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA, além do disposto no Instrumento Convocatório da Concorrência Eletrônica Nº 90101/26 e seus Anexos, principalmente no item 5.10 do Anexo I ao Edital da Concorrência Eletrônica Nº 90101/26, compromete-se a manter, durante toda a contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação pertinente.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE de acordo com o disposto no Edital da Concorrência Eletrônica Nº 90101/26, tendo a CONTRATADA obrigação de apresentar, a cada pagamento, as certidões de regularidade para com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, FGTS, Fazendas Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, além de comprovar a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (artigo 116 da Lei nº 14.133/2021), e os documentos constantes nos itens 7.2, 7.3 e 7.4 do Anexo I ao Edital da Concorrência Eletrônica Nº 90101/26.

**Parágrafo Primeiro:** O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.





**Parágrafo Segundo:** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pelo CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

**Parágrafo Terceiro:** A comprovada infringência de disposição contratual implicará retenção de pagamento, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O presente ajuste tem valor de R\$ XXXXXX (xxxxxxx), à conta da dotação orçamentária 0960.03091048.011 – Gestão do Fundo Especial do Ministério Público do Paraná - FUEMP, no subelemento de despesas 3390.3916 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

**7.1** O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I – **advertência**;

II – **multa de mora** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total da etapa quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, a obrigação assumida. A partir do trigésimo primeiro dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, sobre todo o período moratório, limitando-se ao montante de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato. Decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item III;

III – **multa compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item II, hipótese em que poderá ser cancelado o pedido ou documento correspondente;

IV – **impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de no máximo 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, parágrafo 4º, da Lei 14.133/2021;

V – **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e no máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, parágrafo 5º da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro:** As penalidades previstas serão aplicadas mediante processo administrativo autônomo, pela autoridade competente, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

**Parágrafo Segundo:** As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

**Parágrafo Terceiro:** As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta do CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

**Parágrafo Quarto:** Além das multas estabelecidas, o CONTRATANTE poderá recusar o objeto contratado, se não estiver de acordo com o exigido nos documentos que compõem este contrato.

**Parágrafo Quinto:** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**8.1** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da



contratação, mantendo-se o sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**8.2** A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida norma, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

**8.3** Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE todas as informações necessárias para comprovar sua conformidade com as obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

**8.4** A CONTRATADA (operadora) deverá comunicar ao Ministério Público do Estado do Paraná, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do seu conhecimento, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único: a comunicação deverá ser enviada para o e-mail: encarregado.lgpd@mppr.mp.br, devendo trazer em seu bojo, no mínimo, as seguintes informações: I - quais dados pessoais foram violados; II - a descrição da natureza dos dados pessoais afetados, bem como o número aproximado de titulares de dados pessoais envolvidos; III - a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados; IV - os riscos relacionados ao incidente e descrição das medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo

**8.5** A CONTRATADA deverá cooperar com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

## **CLÁUSULA NONA – DAS SUBCONTRATAÇÕES**

**9.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

**9.1.1.** Será permitida a subcontratação parcial do objeto para atividades que, embora integrem o objeto da contratação, sejam meramente auxiliares à conclusão do objeto contratado, devido à sua natureza específica e atuação de mercado ou quando for usual no mercado próprio a subcontratação de determinados serviços. Portanto, os serviços passíveis de subcontratação são os seguintes:

**9.1.1.1.** Instalação dos componentes nas esquadrias maxim-ar;

**9.1.1.2.** Instalação de equipamentos de ar condicionado e;

**9.1.1.3.** Certificação de pontos de lógica.

**9.2.** Quando solicitado pela fiscalização do MPPR, a CONTRATADA deverá comprovar a capacidade técnica da empresa subcontratada através da apresentação de atestados de capacidade técnica ou portfólios que comprovem que o subcontratado já tenha executado serviço similar ao objeto subcontratado.

**9.3.** De acordo com o inciso II, do parágrafo 6º, do artigo 118, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, é vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação.

**9.4.** A subcontratação depende de autorização prévia do MPPR, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**9.5.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o



CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**9.6.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**9.7.** Para a aprovação da subcontratação a empresa deverá apresentar as Certidões Negativas de Débitos da subcontratada e o contrato de prestação de serviços entre as empresas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE EXTINÇÃO**

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste ajuste assegurará ao CONTRATANTE, nos termos dos artigos 180 a 183 do Decreto Estadual nº 10.086/2021, em sua atual redação, o direito de dá-lo por extinto.

**Parágrafo Único:** Fica a critério do CONTRATANTE declarar extinto o contrato e/ou aplicar a multa de que trata o inciso III da cláusula oitava.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado, no que couber, nos termos dos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O CONTRATANTE acompanhará o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por intermédio da gestora desse contrato Senhora Roberta Santos Leopoldino Plummer, e dos fiscais, Senhores Renan Artur Gabardo – CREA/PR 132.845/D e Thiago Felipe Demio Manzi CAU/PR A136317-4.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos pelo CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Fica declarado o foro da comarca de Curitiba/PR para dirimir qualquer questão atinente ao presente contrato.

E, por estarem assim acordadas, as partes firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor.

Curitiba, de de 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ  
Cláudio Franco Félix  
Subprocurador-Geral de Justiça  
para Assuntos Administrativos  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. Unidade requerente:** DEA/DIOBRA – Divisão de Obras e Orçamento do Departamento de Engenharia e Arquitetura

**2. Equipe responsável, telefone e e-mail:**

Henrique Terniowicz – Diretor DEA – 41 3250-4122 – [henrique@mppr.mp.br](mailto:henrique@mppr.mp.br)

Raphael Elias dos Santos – Chefe de Divisão - DIOBRA – 41 3250-4357 – [redsantos@mppr.mp.br](mailto:redsantos@mppr.mp.br)

**3. Objeto:**

3.1. execução de obra de reforma na área que abriga a Sede do Ministério Público do Estado do Paraná, no Fórum da comarca de Cascavel, localizada na **Av. Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre, Cascavel - PR.**

**4. Nº SEI :** 19.19.9193.0029836/2025-14

### **CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

**5. Obra ou serviço** ( x ) obra ( ) serviço

**6. Objeto comum** ( x ) sim ( ) não

### **REQUISITOS DO PROCESSO**

**7. Descrição da necessidade da contratação**

7.1. A edificação demanda revisões e adequações para possibilitar o atendimento das necessidades dos servidores e garantir a conservação do imóvel . A presente contratação justifica-se pela necessidade de solucionar problemas decorrentes do uso e do tempo, como o fechamento de aberturas de sistemas antigos, a substituição de pisos desgastados, a retirada de equipamentos obsoletos e o reparo funcional de esquadrias, garantindo a segurança, salubridade e adequadas condições de trabalho.

**8. Demonstração da previsão do PCA**

8.1. As despesas com a obra de reforma em Cascavel, objeto deste ETP, estão contempladas na Lei Orçamentária Anual – LOA/2025 do MPPR, no elemento de despesa 3390.3916 – Manutenção e Conservação de bens Imóveis, no Item 731 do Plano Anual de Contratações 2025.

8.2. As despesas relacionadas ao objeto proposto estão em conformidade com o planejamento estratégico do Ministério Público do Estado do Paraná (conforme consta no Mapa Estratégico – Ciclo 2019-2029, Desenvolvimento e Sustentabilidade/Garantir Estruturas Físicas e Operacionais Adequadas para as Unidades Institucionais), uma vez que o objeto desta contratação contribui para a entrega de edificações / ambientes de trabalho com infraestrutura física adequada para o funcionamento das atividades, proporcionando funcionalidade aos servidores e usuários da instituição.

**9. Descrição dos requisitos da contratação**

9.1. A contratação deve atender requisitos necessários e suficientes para que seja atingido o objetivo da contratação e que o objeto seja entregue dentro de todos os parâmetros técnicos e de qualidade necessários.

9.2. Sobre os requisitos técnicos da contratação:

9.2.1. A equipe técnica da futura licitante (empresa executora da obra) deverá ser composta, no mínimo, pelos profissionais listados abaixo, nomeando-os através de Declaração de Responsabilidade Técnica, através da qual declarem que participarão do objeto licitado, permanentemente, a serviço da empresa, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado pelo MPPR, podendo pertencer ao quadro permanente da empresa ou ser contratado como autônomo: 9.2.1.1. Um Engenheiro Civil ou Arquiteto devidamente habilitado e



registrado no CREA (ou outro profissional igualmente habilitado em seu Conselho de Classe), a ser designado como Responsável Técnico pela execução da obra.

9.2.2. A empresa deve apresentar Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou outra entidade competente, comprovando a situação da EMPRESA, na forma da legislação vigente.

9.2.3. Os profissionais da equipe técnica nomeada deverão apresentar Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou outra entidade competente, comprovando a situação do PROFISSIONAL, na forma da legislação vigente.

9.2.4. A empresa deverá apresentar Declaração referente ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (GRCC) e da utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal. A empresa deverá executar a obra/serviço de acordo com a resolução do CONAMA nº307, de julho de 2002 e com a legislação pertinente do município onde ocorrerá a obra. Também ficará obrigada a utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal, conforme decreto Estadual nº 4.889, de 31 de maio de 2005.

9.2.7. A empresa também deverá apresentar Declaração de Vistoria/Conhecimento das Condições Físicas do Local, comprovando que, por intermédio de seu responsável técnico ou representante legal, vistoriou previamente o local onde será realizada a obra – ou que declare ter pleno conhecimento das condições físicas do local, dispensando a necessidade de vistoria “in loco”.

9.2.8. A obra deverá obedecer à boa técnica, atendendo às normas correlatas, especificações e padrões estabelecidos. Deve-se prever que a futura empresa executora utilize recursos técnicos de pleno domínio dos prestadores de serviços, insumos que sejam facilmente obtidos no mercado nacional, proporcione facilidade de manutenção, reparação e substituição por materiais e peças similares.

9.2.9. No que couber, os serviços devem se basear nos princípios da segurança, economicidade, eficiência, sustentabilidade e acessibilidade.

## **10. Estimativa das quantidades a serem contratadas**

10.1. As quantidades específicas de serviços a executar estão pormenorizadas no Projeto Executivo, mas sobretudo discriminadas na Planilha Orçamentária Referencial – ambos elaborados por este departamento e que servirão como elemento instrutor do futuro certame. A documentação supracitada se encontra anexa a este ETP.

## **11. Levantamento de mercado**

11.1. Considerando a necessidade de se resolver diversos problemas na área do MPPR no fórum de Cascavel, já tendo sido realizado levantamento por este departamento, torna-se tecnicamente redundante o estudo de outras formas de resolução dos problemas levantados para a edificação em tela.

11.2. Sobre a forma de execução do objeto e potenciais fornecedores:

11.2.1. Levando-se em conta a ausência no quadro de servidores do MPPR de profissionais para os serviços relacionados às melhorias inerentes ao presente objeto, entende-se que a execução indireta é a única solução viável, devendo ser realizada através de procedimento licitatório, que viabilize a contratação de empresa especializada em execução de obras civis. Tal opção é amplamente consolidada em outros órgãos da Administração Pública (Federal, Estadual e Municipais), com forma e condições de execução dos serviços solidificada em empresas privadas atuantes no ramo empresarial da construção civil.

11.3. Sobre a permissão de subcontratação:

11.3.1. Nos termos do Art.122 da Lei Federal 14.133/21 e do Art. 380 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, no cumprimento do objeto do Contrato, e sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, será admitida a subcontratação parcial do objeto.





11.3.2. Em análise ao escopo da obra a executar, demonstrou-se a necessidade de admitir a subcontratação para serviços cuja execução demanda certa especialização encontrável em empresas de mercado, com atuações específicas e não abrangentes a todo o objeto contratado. Por este motivo, recomenda-se que a Administração analise a viabilidade de se subcontratar serviços de natureza específica, meramente auxiliares à conclusão do objeto, a exemplo:

11.3.2.1. Instalação dos componentes nas esquadrias maxim-ar

11.3.2.2. Instalação de equipamentos de ar condicionado;

11.3.2.3. Certificação de pontos de lógica;

11.3.3. Se admitido pela Administração, a contratada poderá subcontratar serviços especializados e caberá ao MPPR a avaliação se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução da respectiva parte do objeto.

## **12. Estimativa do valor da contratação**

12.1. O valor máximo para a execução do objeto é de **R\$ 137.321,73 (cento e trinta e sete mil, trezentos e vinte e um reais e setenta e três centavos)**. Esse valor foi estabelecido através da soma dos itens de insumos e serviços constantes na Planilha Orçamentária Referencial, elaborada por este departamento. Na referida soma, aplicou-se um BDI Referencial, que incide sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço.

12.2. Os valores unitários da maioria dos serviços foram baseados na Tabela de Referência de Custos Unitários, adotada pelo Estado do Paraná – SINAPI/PR – vigência fevereiro/2025, bem como nas tabelas de referência de obras e serviços de edificações mantidas pela SECID – vigência março/2025 (Resolução nº 27/2025, da Secretaria de Estado das Cidades), sendo esta última a tabela padrão utilizada no orçamento de obras públicas em geral, do Estado do Paraná. Alguns outros valores foram estimados a partir de composições semelhantes da própria SECID; e a partir de consultas a empresas do ramo, à luz do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 no Art. 471 do Decreto Estadual 10.086/2022.

## **13. Descrição da solução como um todo**

13.1. O principal serviço desta contratação é o fechamento das aberturas e a pintura das áreas do MPPR, os outros serviços visam corrigir ou melhorar situações que demandam atenção, como: pisos cerâmicos quebrados, substituição de placas de forro e portas de madeira deterioradas, refazimento de instalações elétricas do sistema de ar condicionado entre outros trabalhos menores.

13.2. Quanto aos prazos:

13.17.1. O prazo para a execução da obra deverá ser de 3 (três) meses, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço a ser emitida pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura – DEA.

13.17.2. O contrato terá vigência a contar da data de sua assinatura, com término após 6 (seis) meses do prazo final de execução contratual, estabelecido na Ordem de Serviço – ou em Termos Aditivos que venham a ser firmados.

13.3. Quanto ao pagamento:

13.3.1. O pagamento do valor estipulado em contrato será realizado por faturas MENSAIS, após medição e liberação por parte da fiscalização e Comissão de Aceite designada para esse fim, sendo que o valor medido dos serviços executados deverá estar em consonância com o planejamento estipulado no cronograma físico-financeiro vigente.

13.3.2. A cada medição ou vistoria, os serviços executados serão examinados, rejeitando-se aqueles que não satisfaçam às exigências legais e técnicas, não atendam às necessidades ou contrariem os projetos ou especificações.

13.3.3. Caberá à fiscalização avaliar qualitativa e quantitativamente os serviços executados e irá proceder à verificação unitária dos serviços, para instrução do pagamento mensal. Os serviços





executados serão medidos em função das unidades de serviços efetivamente executadas, mediante cálculo aritmético de multiplicação das quantidades executadas pelos seus respectivos preços unitários, previamente definidos na Planilha de Serviços.

13.3.4. Prevalecerão as quantidades reais, devendo as quantidades de serviços serem suprimidos ou acrescidas conforme tenham sido estimadas a maior ou a menor na Planilha de Serviços.

13.4. Quanto às garantias:

13.4.1. A contratada deverá fornecer os prazos de garantia dos produtos, que deverão ser iguais ou superiores aos estipulados na NBR 17170. O acionamento da garantia deverá englobar todas as despesas para reparos e substituições, referentes aos materiais, equipamentos e consumíveis e de mão de obra, bem como as de deslocamento, fretes, tributos e todas as demais despesas.

13.5. Quanto à participação de empresas em consórcio:

13.5.1. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que não se trata de objeto de alta complexidade ou vulto que torne restrito o universo de possíveis licitantes, em razão da natureza, complexidade e porte dos serviços.

13.5.2. O objetivo em vedar a participação de empresas em consórcio é de evitar uma possível associação entre empresas interessadas e perfeitamente aptas a executar integralmente o objeto licitado, as quais poderiam, em vez de estabelecer disputa entre si, formalizar acordos para eliminar a competição.

#### **14. Justificativa para o parcelamento ou não da solução**

14.1. A execução da reforma deverá ser licitada como objeto indivisível (sem parcelamento do objeto), de modo que seja feita por uma única empresa responsável. A indivisibilidade do objeto é justificável através dos elementos técnicos instrutores (projeto), pois condizem com um escopo de não-parcelamento – uma eventual divisão (ou descentralização) das responsabilidades na execução do objeto poderia comprometer o resultado da obra, por dificultar a verificação e atribuição de responsabilidades; ou o controle sobre a execução contratual. Ainda, a reforma abrange uma diversidade de serviços com estreita relação entre si, e a unificação em um único contrato permite a mínima interferência no cotidiano do MPPR e facilita a organização, a logística e a fiscalização da obra, considerando que o edifício permanecerá em uso.

14.2. Paralelamente, entende-se como mais vantajosa a contratação com base no tipo MAIOR DESCONTO, em regime de **empreitada por preço unitário, com revisão de quantidades**.

14.3. A escolha de tal regime visa a garantir a execução dos elementos técnicos instrutores da licitação, em sua totalidade, conforme estimados nas etapas projetuais e com completa aderência ao cronograma físico-financeiro pré-estabelecido, mas com a possibilidade de que sejam glosadas ou acrescidas quantidades na Planilha Orçamentária, de modo que sejam pagos somente os insumos e serviços efetivamente executados.

#### **15. Resultados pretendidos com a contratação**

15.1. O resultado esperado é corrigir problemas decorrentes do uso e do tempo, como o fechamento de aberturas de sistemas antigos, a substituição de pisos desgastados, a retirada de equipamentos obsoletos e o reparo funcional de esquadrias, garantindo a segurança, salubridade e adequadas condições de trabalho.

#### **16. Providências a serem adotadas pela Administração**

16.1. O Ministério Público do Estado do Paraná possui, no Departamento de Engenharia e Arquitetura, equipe técnica capacitada para a fiscalização dos serviços inerentes ao objeto, cabendo à Administração nomear os profissionais.

16.2. Para tanto, sugerem-se os seguintes servidores:

16.2.1. Roberta Santos Leopoldino Plummer – Gestora do contrato;

16.2.3. Renan Artur Gabardo – CREA/PR 132845/D e Thiago Felipe Demio Manzi CAU/PR A136317-4 Fiscais do contrato.



16.3. Para a execução do presente objeto, cabe-nos destacar a necessidade de a Administração comunicar a Coordenadoria Administrativa da sede do município a respeito do início da obra de execução, para que haja o correto planejamento da desocupação dos espaços (remanejamento das salas) e eventual reorganização de agenda para reuniões, eventos, videoconferências e demais atividades que exigem silêncio no ambiente, uma vez que poderá haver ruídos decorrentes do uso de máquinas e equipamentos.

16.4. Também será necessário informar a Coordenadoria Administrativa local quanto ao início das obras, para que sejam contidos serviços de reparos e melhorias não emergenciais ou urgentes nas áreas de intervenção, evitando gastos desnecessários em ambientes que, em breve, serão reformados.

## **17. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

17.1. Não há contratações correlatas. O objeto será atingido com o presente certame.

## **18. Análise/Matriz de Riscos**

18.1. Por não se tratar de uma obra de grande vulto, tampouco há o intuito de se realizar contratação integrada ou semi-integrada, a Matriz de Riscos não é aplicável, conforme § 3º e 4º do Art. 22 da Lei Federal 14.133/2021.

## **19. Possíveis impactos ambientais**

19.1. Alguns dos impactos ambientais que poderão ser causados no período de execução da obra, por serem de praxe inerentes às atividades da construção civil, são:

19.1.1. Geração de resíduos sólidos;

19.1.2. Ruídos (poluição sonora) pela utilização de maquinários;

19.1.3. Aumento do consumo de água potável e de energia elétrica na região – entretanto, não significativo, devido ao porte da obra;

## **20. Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas**

20.1. A coleta e destinação dos resíduos da obra de construção da nova Sede ficarão sob responsabilidade da futura empresa contratada e deverão ser norteados pelos critérios e prescrições ambientais, atendendo a legislação vigente nas esferas municipal, estadual e federal.

## **21. Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental**

21.1. Alguns dos impactos ambientais que poderão ser causados no período de execução da obra, por serem de praxe inerentes às atividades da construção civil, são:

21.1.1. Geração de resíduos sólidos;

21.1.2. Ruídos (poluição sonora) pela utilização de maquinários – a empresa executora deverá se comprometer a não permitir que equipamentos e maquinários que geram ruídos permaneçam ligados sem necessária utilização, além de estar atenta a legislação vigente. Ainda, uma vez que a obra será executada em edificação ocupada pelo MPPR (sob normal funcionamento), atividades geradoras de ruídos deverão ser utilizadas, preferencialmente, fora do horário de atendimento ao público, fora do horário do expediente institucional.

21.1.3. Aumento do consumo de água potável e de energia elétrica na região – a empresa executora deverá se comprometer a não permitir que torneiras/equipamentos permaneçam abertas/ligados sem necessária utilização. A empresa também deve atentar para que o cronograma físico-financeiro (bem como o planejamento diário) evite picos de consumo de água/energia elétrica, principalmente em períodos de racionamento de água/energia pelas empresas concessionárias.

21.1.4. Poluição de sistema público de drenagem e de lençóis freáticos pelo vazamento de produtos químicos tóxicos, durante a execução de serviços - a empresa executora deverá se responsabilizar pelo descarte correto de materiais. Deve também se comprometer a utilizar



processos construtivos que não apresentem risco de vazamento de produtos químicos tóxicos (tintas, thinners etc.), de modo a evitar contaminação do solo, bem como prever e estar preparada para agir com medidas mitigatórias no caso de incidentes.

**22. Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente favoreçam a redução do consumo de energia e recursos naturais**

22.1. Será requisito da própria licitação prever que a futura empresa executora utilize recursos técnicos de pleno domínio dos prestadores de serviços, equipamentos que não gerem ruídos ou poluição em demasia, insumos que sejam facilmente obtidos no mercado nacional, que proporcione facilidade de manutenção, reparação e substituição por materiais e peças similares.

**23. Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística**

23.1. A empresa executora deverá estar atenta à legislação municipal e seguir a legislação vigente.

**24. Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas**

24.1. Não se aplica. Natureza e porte da reforma não causarão impacto do ponto de visto do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial.

**25. Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida**

25.1. Quando finalizados, os serviços de substituição do piso não irão interferir na acessibilidade da edificação.

**26. Adoção de Inovação e Tecnologias**

26.1. Quanto à utilização do BIM (Building Information Modeling): Especificamente neste processo, pelo porte do serviço a contratar, o MPPR ainda não irá adotar a metodologia BIM para ações de gerenciamento da obra de melhorias da sede. Entretanto, cabe-nos destacar que tal medida está devidamente alinhada ao § 1º do Art. 24 da Resolução nº 8.670/2022-MP/PGJ, que estabeleceu parâmetros para aplicação, no âmbito do MPPR, da Lei Federal nº 14.133/2021 (bem como para a adesão institucional ao Decreto Estadual nº 10.086/2022).

26.2. Quanto aos Instrumentos de Medição de Resultados para Serviços de Arquitetura e Engenharia: O RVO – Relatório de Vistoria de Obra também será utilizado para a fiscalização avaliar, mensalmente, o desempenho da contratada, sendo documento condicionante à liberação do pagamento de cada parcela do cronograma.

26.2.1. Ao final da obra, a emissão do Atestado de Capacidade Técnica (para fins de acervo) será baseada nos RVOs emitidos.

**27. Declaração de viabilidade técnica e econômica**

27.1. De acordo com todo o exposto no presente Estudo Técnico Preliminar, considera-se viável a contratação de empresa para a execução de obra de reforma na área que abriga a Sede do Ministério Público do Estado do Paraná, no Fórum da comarca de Cascavel, conforme parâmetros e requisitos acima discriminados.

Curitiba, 13 de novembro de 2025

**Renan Artur Gabardo**

Eng. Civil – CREA PR 132845/D  
DIOBRA/DEA

**Raphael Elias dos Santos**

Engenheiro Civil – CREA  
142560/D  
Chefe DIOBRA/DEA

**Henrique Terniowicz**

Diretor - DEA



**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO À RESOLUÇÃO Nº 177/2017 – CNMP**

(timbre ou identificação da licitante)

\_\_\_\_\_, (Nome/Razão social), inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, DECLARO, nos termos da Resolução nº 177, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que:

( ) está ciente de que não pode colocar à disposição do Ministério Público do Estado do Paraná, para Pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da mencionada Resolução.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo e Assinatura do Representante Legal